



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13ª REGIÃO**

Sector: STPCJ - Operador: 22438

Processo Administrativo: 0009900-05.2012.5.13.0000

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 022/2012

O Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Administrativa realizada em 28/03/2012, sob a Presidência de Sua Excelência o Senhor Desembargador **PAULO MAIA FILHO**, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Sua Excelência o Senhor Procurador **MÁRCIO ROBERTO DE FREITAS EVANGELISTA**, presentes Suas Excelências os Senhores Desembargadores **CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, EDVALDO DE ANDRADE, UBIRATAN MOREIRA DELGADO, EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA e WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, resolveu, por unanimidade de votos, aprovar o relatório de atividades relativas ao ano de 2011, apresentado nos termos do documento anexo.

Observações: Ausência justificada de Sua Excelência o Senhor Desembargador Vicente Vanderlei Nogueira de Brito.

**VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO
Secretário do Tribunal Pleno
e de Coordenação Judiciária**



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho - 13ª Região



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2011

João Pessoa/PB

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

DESEMBARGADOR PRESIDENTE E CORREGEDOR

PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO



DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE E OUVIDOR

CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE



DESEMBARGADORES(AS)

VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO



ANA MARIA FERREIRA MADRUGA



EDVALDO DE ANDRADE

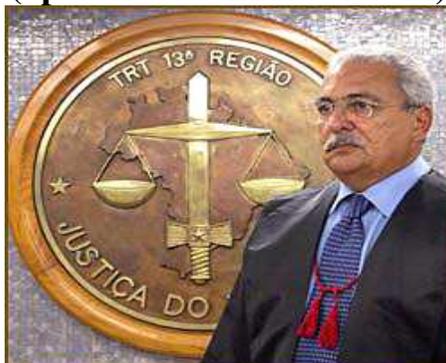


FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)
EM 03/04/2012 09:25:46 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6D3BDC590D.ED4F1FCE8.7E4A8875CE.C976D54970

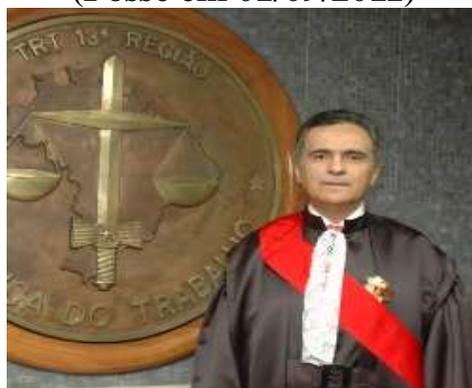
AFRÂNIO NEVES DE MELO
(aposentado em 28/04/2011)



UBIRATAN MOREIRA DELGADO



EDUARDO SÉRGIO DE ALMEIDA
(Posse em 01/09/2011)



ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELO (Lei 11.419/2006)
EM 03/04/2012 09:25:46 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6D3BDC590D.ED4F1FCE8.7E4A8875CE.C976D54970

CARGOS DE DIREÇÃO

DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
GLAUCO DA SILVA CAMPOS

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA
ALBANETE MARIA DE SOUSA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO
VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO

CHEFIA DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
GILKA SANTOS DE AQUINO CORREA

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
JOSÉ VIEIRA NETO

ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA
MOACYR BORBOREMA ARCOVERDE

ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
SAMUEL VON LAER DE NORAT

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
CAIO GERALDO BARROS PESSOA DE SOUZA

SECRETARIA DA CORREGEDORIA
ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA

SECRETARIA ADMINISTRATIVA
ANDERSON ANTÔNIO PIMENTEL

SECRETARIA JUDICIÁRIA
MÔNICA MARIA LISBOA DE FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CARLOS ALBERTO VIEIRA DE MELO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEONARDO GUEDES PEREIRA

SECRETARIA DE INFORMÁTICA
MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PAGAMENTO DE PESSOAL
MAURÍCIO BARBOSA DE LIRA

SERVIÇOS GERAIS
BALTAZAR PEQUENO

SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
INALDO CAMELO VIEIRA FILHO

SERVIÇO DE SAÚDE
MAURÍCIO COUTINHO CUNHA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO
WALTER CAVALCANTI DE AZEVEDO

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO E DISTRIBUIÇÃO PROCESSUAL
PAULA ADRIANA TEIXEIRA DE CARVALHO PESSOA DE SOUZA

SECRETARIA DA PRIMEIRA TURMA
JOAQUIM ANTÔNIO DOUETTS PEREIRA

SECRETARIA DA SEGUNDA TURMA
MARIA DE FÁTIMA RAPOSO DE FRANÇA

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)
EM 03/04/2012 09:25:46 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6D3BDC590D.ED4F1FCE8.7E4A8875CE.C976D54970

Sumário

1 - APRESENTAÇÃO.....	09
2 – HISTÓRICO.....	12
3 - ATIVIDADE JUDICIÁRIA.....	13
3.1 TABELA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2011.....	13
3.2 NÚCLEO DE PRECATÓRIOS.....	13
3.3 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA CORREGEDORIA.....	13
3.4 DAS CORREIÇÕES EFETUADAS.....	14
3.5 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA 1ª INSTÂNCIA.....	15
3.6 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA 2ª INSTÂNCIA.....	15
3.7 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS VARAS NA FASE DE EXECUÇÃO.....	15
3.8 DAS CONCILIAÇÕES HOMOLOGADAS NA 1ª INSTÂNCIA.....	15
3.9 DA ARRECADAÇÃO NAS VARAS DO TRABALHO.....	15
4. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.....	16
4.1. CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DO FÓRUM JOSÉ CARLOS ARCOVERDE – SANTA RITA/PB.....	16
4.2. MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS.....	17
4.3. Substituição do forro do Edifício Sede.....	17
4.4. RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL.....	17
4.5. PROJETO DE MORDENIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO (Mobiliário).....	17
4.6. Aquisição de monitores LCD.....	18
4.7. DA COORDENADORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO - CEMA.....	18
4.7.1 PROTOCOLOS ADMINISTRATIVOS.....	18
4.7.2 PLANEJAMENTO, GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.....	18
4.7.3 PROJETOS E ESTUDOS.....	18
4.7.4 PROJETOS BÁSICOS E ORÇAMENTOS.....	19
4.7.5 FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	19
4.7.6 GESTÃO DE CONTRATOS DE MANUTENÇÃO.....	19
4.7.7 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL.....	19
4.7.8 CONSULTORIA E APOIO TÉCNICO.....	19
4.8. DA COORDENADORIA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES.....	20
Contratos.....	20
Convênios.....	22
Acordos de Cooperação Técnica.....	22
Revistas e Periódicos.....	23
Jornais.....	24
4.9. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.....	26
Licitações Realizadas.....	26
Modalidade de tomada de preços.....	26
Modalidade pregão – tipo presencial.....	27
Modalidade pregão – tipo licitação.....	28
4.9.1 Comentários sobre as licitações.....	30
4.10 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	31
4.11 ANÁLISE CRÍTICA DO RESULTADO ALCANÇADO.....	31
4.12 Medidas implementadas e a implementar para melhorar o desempenho das atividades..	32
4.13 COORDENADORIA DE PUBLICAÇÃO E INFORMAÇÃO.....	32
4.13.1 Dados estatísticos das publicações de 2011.....	33

5 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	33
Programa 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.....	34
Programa 09.272.0089.0396.0001 – Encargos com Inativos e Pensionistas.....	34
Programa 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE):	35
PROGRAMA 02.128.0571.4091.0001 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ..	36
Programa 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação	36
Programa 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte	37
Programa 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar	37
Programa 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.....	38
Programa 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais	39
Programa 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores	41
Programa 02.122.0571.1P66.0001 – MODERNIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	41
Programa 02.126.0571.2C73.0001 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO.....	42
Programa 02.126.0571.5093.0001 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO.....	43
Programa 02.122.0571.10WT.0025 – CONSTRUÇÃO DO FÓRUM TRABALHISTA EM JOÃO PESSOA.....	43
6 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	44
7 - GESTÃO DE PESSOAS.....	46
7.1 APRESENTAÇÃO.....	46
7.2 TRABALHOS DESENVOLVIDOS.....	47
7.2.1 - Avançando no Novo Modelo de Gestão.....	47
EVENTOS COM ENFOQUE NA QUALIDADE DE VIDA.....	48
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	48
IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS....	49
PROMOÇÃO NO DESENVOLVIMENTO.....	50
CURSOS/TREINAMENTOS OFERECIDOS.....	51
ESTÁGIO ACADÊMICO.....	51
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL.....	52
8 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	56
9 – DA ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL.....	60
09.1 APRESENTAÇÃO.....	60
09.2 COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO.....	60
09.3 COORDENADORIA DE CADASTRO DE PESSOAL.....	61
09.4 NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	62
09.4.1- Benefício de Auxílio Transporte.....	62
09.4.2- Benefício de Assistência Pré-Escolar.....	62
09.4.3 - Unimed.....	62
09.4.4 - Uniodonto.....	63
09.4.5 – OUTRAS ATIVIDADES ESPECIAIS.....	63
09.5 - Parcela Autônoma de Equivalência - PAE.....	63
09.6 - Passivos de URV.....	63
09.7 - Reestruturação das funções comissionadas.....	63
10 – ESCOLA JUDICIAL.....	64
10.1. CURSOS REALIZADOS EM 2011.....	64
11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66

1 - APRESENTAÇÃO

Cumprida à Presidência deste Regional, nos termos do art. 22, inciso XLV, do Regimento Interno, apresentar ao Tribunal Pleno Relatório de Atividades do Tribunal no exercício anterior, contendo dados referentes ao desempenho de todas as suas unidades, administrativas e judiciárias, com posterior envio de cópia da presente exposição ao Tribunal Superior do Trabalho.

Serão destacados, de maneira sucinta, alguns aspectos relativos à atuação da Justiça do Trabalho da 13ª Região no ano de 2011.

Analisando a movimentação processual referente ao ano de 2011, verifica-se uma significativa diminuição na distribuição e julgamento de processos neste Regional. Observe-se que, enquanto no ano de 2010 foram distribuídas 22.122 (vinte e dois mil, cento e vinte e duas) ações na 1ª instância, no ano de 2011 o total de distribuição chegou a apenas 19.493 (dezenove mil quatrocentos e noventa e três).

Na mesma ordem, houve em 2010 o julgamento de 23.506 (vinte e três mil, quinhentas e seis) ações, enquanto em 2011 o total de julgamento foi de 18.603 (dezoito mil, seiscentos e três). Registrando-se uma diminuição de 11,88% nas ações distribuídas e de 20,86% nos julgamentos dos processos.

Quanto à 2ª instância, igualmente ao ocorrido na 1ª instância, enquanto foram distribuídos 9.319 (nove mil trezentos e dezenove) processos em 2010, em 2011 o número chegou apenas ao patamar de 6.689 (seis mil seiscentos e oitenta e nove) feitos, registrando-se, portanto, uma diminuição no número de ações de 26,01%. Já no comparativo de julgamentos entre 2010 e 2011, registrou-se discreta redução na ordem de 1,80%, pois, enquanto em 2010 foram julgados 9.859 (nove mil oitocentos e cinquenta e nove) feitos, em 2011 foram julgados 9.682 (nove mil seiscentos e oitenta e dois) processos.

Da análise dos boletins estatísticos consolidados, o TRT13 fechou o ano de 2011 com os seguintes números: 22.322 (vinte e dois mil, trezentos e vinte e dois) processos na fase de execução, 272 (duzentos e setenta e dois) processos em liquidação de sentença, 17.058 (dezesete mil e cinquenta e oito) processos com execução suspensa e em arquivo provisório.

Quanto à conciliação, no exercício de 2011, nas unidades judiciárias de 1ª instância, foram conciliadas 7.314 (sete mil trezentas e quatorze) ações, totalizando o montante de R\$ 34.548.302,06 (trinta e quatro milhões quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e dois reais e seis centavos).

Uma das grandes conquistas desta Administração, no exercício de 2011, foi a conclusão do projeto de modernização das instalações físicas, mediante a aquisição de mobiliário, a qual tem por objetivo a melhoria dos ambientes de trabalho. Esta ação se constituiu no cumprimento de uma das mais importantes e desafiadoras metas estabelecida no Planejamento Estratégico deste Regional. Foram adquiridos mobiliários para diversas unidades administrativas e judiciárias, visando à complementação da modernização, atendendo aos modernos conceitos de ergonomia e funcionalidade dos móveis deste Tribunal.

Preocupada com saúde dos profissionais que trabalham nesta Justiça Especializada, a Administração deste TRT adquiriu, no exercício de 2011, 300 (trezentos) monitores de LCD, em substituição aos antigos monitores CRT, ainda presente em várias Unidades Administrativas e Judiciárias. Esta ação objetiva minimizar os efeitos danosos, na visão de magistrados e servidores, provenientes da implantação, em todo o Regional, do Processo Eletrônico. Os monitores de LCD, além de possuírem melhor resolução, emitem menos luminosidade que os CRT. Além disso, estão sendo disponibilizados monitores duplos para melhor visualização do processo eletrônico, o que contribui no aprimoramento na prestação jurisdicional.

A informatização, por sua vez, tem sido priorizada com inúmeros programas a cargo da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, possibilitando substancial melhoria na dinâmica dos trabalhos jurisdicionais, em especial a celeridade e o controle dos atos e prazos processuais,

repercutindo na elevação da qualidade e eficiência da atividade institucional.

Tal fato tem contribuído para que o TRT13 se mantenha como um dos três tribunais mais céleres do Brasil. Esse auspicioso resultado não se deu por acaso. Pelo contrário, é fruto de intenso trabalho realizado nos últimos anos, capitaneado pelo Presidente em exercício juntamente com a equipe de STI e demais magistrados e servidores.

A consolidação da informatização, além, dos processos trabalhistas eletrônicos, trouxe, também o processo administrativo informatizado e diversas outras atividades como, Diário da Justiça Eletrônico, Carta Precatória Digital, Projeto Arrematar, Projeto Conciliar, Sistema de Cálculo para os gabinetes dos Juízes e, principalmente, a construção e ampliação do Portal de Serviços na *internet*, o qual integra todos os serviços *on-line*, oferecidos pelo Regional, como o sistema *push*, consulta processual, atualização de cálculos, fotos de bens penhorados, protocolo, pautas, jurisprudência, tabela de prazos, recurso de revista, ementário de acórdãos publicados, inscrição para sustentação oral, peticionamento eletrônico da inicial, entre outros.

Noutra seara, também merece ser ressaltado o investimento maciço que este regional fez na capacitação de seu quadro de magistrados, através da EJUD e de servidores por meio da SEGEPE, buscando-se alcançar as Metas estabelecidas pelos Conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

O relatório a seguir delineado mostrará o avanço deste Regional, sem maiores elucubrações e delongas, sempre na perspectiva de melhor atender a sociedade, visando cumprir fielmente sua missão institucional.

João Pessoa, 22 de março de 2012.

PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO
Desembargador Presidente

ASSINADO ELETRONICAMENTE PELO SERVIDOR VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO (Lei 11.419/2006)
EM 03/04/2012 09:25:46 (Hora Local) - Autenticação da Assinatura: 6D3BDC590D.ED4F1FCE8.7E4A8875CE.C976D54970

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

MISSÃO:

Promover justiça nas relações de trabalho.

VISÃO:

Ser referência na promoção da justiça, até 2014, com reconhecimento da sociedade.

ATRIBUTOS DE VALOR PARA A SOCIEDADE:

Acessibilidade
Ética
Efetividade
Celeridade
Responsabilidade Socioambiental
Valorização do Ser Humano
Transparência
Modernidade
Orgulho de Ser TRT13

2 – HISTÓRICO

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região foi criado através da Lei Federal nº 7.324, de 18 de junho de 1985, desmembrando-se da 6ª Região (Pernambuco), com sede em João Pessoa-PB e jurisdição inicial nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em 11 de outubro de 1985 foi instalada a Corte no seu edifício-sede, na Av. Coremas, Centro da capital paraibana, em prédio simples, em cerimônia que contou, com a presença de várias autoridades, destacando-se as presenças do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Carlos Coqueijo Costa, e do Procurador Geral do Trabalho, Wagner Pimenta. Foram empossados como Juízes Togados que iriam compor a nova Corte: Paulo Montenegro Pires, Aluísio Rodrigues, Geraldo Teixeira de Carvalho, Tarcísio de Miranda Monte, Severino Marcondes Meira (ocupando vaga do quinto constitucional da classe dos advogados) e Gil Brandão Libânio (ocupando vaga do quinto constitucional do Ministério Público), além dos Juízes Classistas Nélio Silveira Dias e Expedito Félix da Cruz, representantes dos empregadores e empregados, respectivamente.

Definida a jurisdição entre os dois Estados, foram instaladas as Juntas de Conciliação e Julgamento, hoje, Varas do Trabalho, em cada um deles, além das que já funcionavam antes da criação do Tribunal. No processo referente à criação das Juntas, o TRT 13ª Região passou a contar com a seguinte estrutura: no Estado da Paraíba: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª J CJ's de João Pessoa, e J CJ de Campina Grande, Guarabira, Patos e Sousa. O Rio Grande do Norte, por sua vez, foi contemplado com 03 (três) J CJ's em Natal-RN (1ª, 2ª e 3ª) e 03 (três) no interior (Mossoró, Macau e Goianinha).

Vale destacar que a 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa-PB, hoje, 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa-PB, foi instalada em 1º de maio de 1941, tendo como primeiro Presidente o Juiz Clóvis dos Santos Lima, homenageado com o seu nome apostado na sede do TRT da 13ª Região.

Atualmente o TRT da 13ª Região é composto por 08 (oito) Desembargadores Federais: Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho, Presidente; Carlos Coelho de Miranda Freire, Vice-presidente; Edvaldo de Andrade, Ouvidor; Vicente Vanderlei Nogueira de Brito; Ana Maria Ferreira Madruga; Francisco de Assis Carvalho e Silva; Ubiratan Moreira Delgado e Eduardo Sérgio de Almeida.

Ao longo de todos estes 25 anos de existência exerceram a Presidência do TRT da 13ª Região os seguintes Desembargadores:

Paulo Montenegro Pires (primeiro presidente: de 08/11/1985 a 12/11/1987 e de 11/11/1995 a 22/11/1995);

Aluísio Rodrigues (13/11/1987 a 02/11/1989);

Geraldo Teixeira de Carvalho (03/11/1989 a 13/11/1991);

Tarcísio de Miranda Monte (14/11/1991 a 11/11/1993);

Severino Marcondes Meira (12/11/1993 a 10/11/1995);

Vicente Vanderlei Nogueira de Brito (23/11/1995 a 24/06/1997);

Ruy Eloy (25/06/1997 a 07/11/2000);

Francisco de Assis Carvalho e Silva (08/11/2000 a 07/11/2002);

Ana Maria Ferreira Madruga (08/11/2002 a 04/11/2004);

Afrânio Neves de Melo (05/11/2004 a 11/01/2007);

Ana Clara de Jesus Maroja Nóbrega (12/01/2007 a 08/01/2009);

Edvaldo de Andrade (09/01/2009 a 06/01/2011);

Em 07/01/2011, o Desembargador Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho assumiu a presidência do TRT da 13ª Região para o biênio 2011/2013.

3 - ATIVIDADE JUDICIÁRIA

Atendendo aos termos do Regimento Interno deste Tribunal, apresentamos o Relatório Anual das Atividades da Coordenadoria de processamento de Recursos relativo ao ano de 2011, demonstrando os dados quantitativos em tabela, conforme resultados obtidos e disponibilizados pelo SUAP – Sistema Unificado de Administração de Processos e e-Remessa – Sistema de Remessa de Peças Processuais. O principal objetivo deste relatório é mensurar o desempenho da Coordenadoria, a partir dos instrumentos que lhes são oferecidos para a obtenção dos resultados.

3.1 TABELA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2011:

TABELA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2011	
Agravo de Instrumento em RR – AIRR apresentados em 2011	3468
Agravo de Instrumento em RR – AIRR autuados em 2011	2884
Agravo de Instrumento em RR – AIRR enviados ao TST em 2011	2863
Recurso de Revista enviados ao TST em 2011	314
Agravo de Instrumento em RR – AIRR baixados do TST em 2011	1100
Recurso de Revista baixados do TST em 2011	186

3.2 NÚCLEO DE PRECATÓRIOS:

TABELA DE MOVIMENTAÇÃO DE PRECATÓRIOS EM 2011	
Precatórios recebidos/autuados em 2011	388
Precatórios encaminhados/expedidos em 2011	739
Precatórios pendentes no MP aguardando parecer até 20/12/2011	20
Precatórios pendentes em diligência até 20/12/2011	17
Precatórios em processamento no TRT até 20/12/2011	16
Precatórios pendentes de pagamento em 2011	2642
Precatórios pendentes de pagamento no prazo	1167
Precatórios pendentes de pagamento com prazo vencido em 2011	1475
Precatórios pagos em 2011	250
Valor dos Precatórios pendentes de pagamento	R\$ 263.368.542,52

3.3 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA CORREGEDORIA

Durante o ano de 2011 foram interpostas 06 (seis) reclamações correicionais distribuídas sob os seguintes números: 00455.00.24.2011.5.13.0000-e, 00431.00-37.2011.5.13.0000-e, 00360.00.31.2011.5.13.000-e, 0030600.2011.5.13.0000-e, 0014100-89.2011.5.13.0000-e e 0013100.54.2011.5.13.0000-e.

3.4 DAS CORREIÇÕES EFETUADAS:

No exercício de 2011, 25 (vinte e cinco) unidades judiciárias de 1ª instância foram correicionadas, sendo submetidos ao crivo do Corregedor um total de 4.402 (quatro mil quatrocentos e dois) processos, dos quais 587 (quinhentos e oitenta e sete) receberam despachos correicionais, conforme demonstrado na tabela abaixo:

DATA	UNIDADE CORREICIONADA	Nº DE PROCESSOS CORREICIONADOS	Nº DE DESPACHOS CORREICIONAIS
15 a 17.03	VT MONTEIRO	155	37
04 a 05.04	VT CATOLÉ DO ROCHA	151	28
11 a 13.04	VT ITABAIANA	159	26
23 a 26.05	VT CAJAZEIRAS	150	4
25 a 27.05	VT SOUSA	198	35
30.05 a 02.06	VT DE PICUÍ	150	11
01 a 03.06	VARA AREIA	150	3
06 a 08.06	VT ITAPORANGA	249	87
14 a 17.06	1ª VT JOÃO PESSOA	248	7
20 a 22.06	VT MAMANGUAPE	153	8
18 a 21.07	5ª VT JOÃO PESSOA	246	29
25 e 26.06	DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS CAMPINA GRANDE	100	NÃO HOUVE
26 a 29.07	1ª VT CAMPINA GRANDE	247	9
01 a 04.08	4ª VT JOÃO PESSOA	250	197
08 a 11.08	2ª VT JOÃO PESSOA	250	170
15 a 18.08	2ª VT CAMPINA GRANDE	246	15
17 a 19.08	3ª VT CAMPINA GRANDE	250	33
22 a 24.08	VARA PATOS	250	14
05 a 09-09	8ª VT JOÃO PESSOA	250	27
20 a 23.09	7ª VT JOÃO PESSOA	250	8
26 e 28.09	VARA GUARABIRA	250	13
03 a 05.10	3ª VT JOÃO PESSOA	250	56
07 a 11.10	1ª VARA SANTA RITA	150	8
11 a 17.10	2ª VARA SANTA RITA	150	NÃO HOUVE

Oportuno destacar que, em razão do movimento paredista dos servidores do Judiciário Federal ocorrido no final do ano próximo passado, que perdurou por mais de 60

(sessenta) dias, a 9ª Vara Trabalho de João Pessoa, a 4ª e 5ª Varas do Trabalho de Campina Grande, as Distribuições dos Feitos de João Pessoa e Santa Rita e as Centrais de Mandados de João Pessoa e Campina Grande não foram correicionadas.

3.5 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA 1ª INSTÂNCIA

Analisando a movimentação processual referente ao ano de 2011, verifica-se uma significativa diminuição na distribuição e julgamento de processos neste Regional. Observe-se que, enquanto no ano de 2010 foram distribuídas 22.122 (vinte e dois mil, cento e vinte e duas) ações na 1ª instância, no ano de 2011 o total de distribuição chegou a apenas 19.493 (dezenove mil quatrocentos e noventa e três). Na mesma ordem, houve em 2010 o julgamento de 23.506 (vinte e três mil, quinhentas e seis) ações, enquanto em 2011 o total de julgamento foi de 18.603 (dezoito mil, seiscentos e três). Registrando-se uma diminuição de 11,88% nas ações distribuídas e de 20,86% nos julgamentos dos processos.

3.6 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NA 2ª INSTÂNCIA

Quanto à 2ª instância, igualmente ao ocorrido na 1ª instância, enquanto foram distribuídos 9.319 (nove mil trezentos e dezenove) processos em 2010, em 2011 o número chegou apenas ao patamar de 6.689 (seis mil seiscentos e oitenta e nove) feitos, registrando-se, portanto, uma diminuição no número de ações de 26,01%. Já no comparativo de julgamentos entre 2010 e 2011, registrou-se discreta redução na ordem de 1,80%, pois, enquanto em 2010 foram julgados 9.859 (nove mil oitocentos e cinquenta e nove) feitos, em 2011 foram julgados 9.682 (nove mil seiscentos e oitenta e dois) processos

3.7 DA MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL NAS VARAS NA FASE DE EXECUÇÃO

Da análise dos boletins estatísticos consolidados, o TRT13 fechou o ano de 2011 com os seguintes números: 22.322 (vinte e dois mil, trezentos e vinte e dois) processos na fase de execução, 272 (duzentos e setenta e dois) processos em liquidação de sentença, 17.058 (dezesete mil e cinquenta e oito) processos com execução suspensa e em arquivo provisório.

3.8 DAS CONCILIAÇÕES HOMOLOGADAS NA 1ª INSTÂNCIA

No exercício de 2011, nas unidades judiciárias de 1ª instância, foram conciliadas 7.314 (sete mil trezentas e quatorze) ações, totalizando o montante de R\$ 34.548.302,06.

Com o intuito de melhor verificar a evolução das Varas do Trabalho em relação aos processos conciliados na fase de conhecimento, foi realizada uma comparação entre os exercícios de 2010 e 2011, onde se constatou que, embora tenha havido uma diminuição na quantidade de processos conciliados no exercício de 2011, o percentual de conciliação registrou um discreto aumento.

3.9 DA ARRECADAÇÃO NAS VARAS DO TRABALHO:

ARRECADAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2011	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Valor pago ao reclamante decorrente de acordo	R\$ 37.061.197,51
Valor pago ao reclamante em decorrência de execução	R\$ 72.469.003,85

ARRECAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2011	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR R\$
Valores arrecadados a título de IRPF	R\$ 2.384.805,38
Valores arrecadados a título de contribuição previdenciária	R\$ 15.527.602,33
Valores arrecadados a título de custas processuais de conhecimento/ execução	R\$ 2.029.664,46
Valores arrecadados a título de emolumentos	R\$ 20.606,27

De conformidade com o boletim estatístico consolidado extraído do SUAP a partir de dados lançados pelas Unidades Judiciárias, as Varas do Trabalho do Regional liberaram para os reclamantes a importância de R\$ 37.061.197,51 (trinta e sete milhões, sessenta e um mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta e um centavos), em decorrência de acordo, e R\$ 72.469.003,85 (setenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, três reais e oitenta e cinco centavos) em virtude de execução, totalizando a quantia de R\$ 109.530.201,36 (cento e nove milhões, quinhentos e trinta mil, duzentos e um reais e trinta e seis centavos); recolheu R\$ 2.384.805,38 (dois milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinco reais e trinta e oito centavos) a título de IRPF; R\$ 15.527.602,33 (quinze milhões, quinhentos e vinte e sete mil, seiscentos e dois reais e trinta e três centavos) a título de contribuição previdenciária; R\$ 2.029.664,46 (dois milhões, vinte e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) a título de custas processuais e R\$ 20.606,27 (vinte mil, seiscentos e seis reais e vinte e sete centavos) a título de emolumentos.

4 - ATIVIDADE ADMINISTRATIVA

A atividade administrativa é bastante diversa, com atuação em todas as áreas, tais como aquisição e fornecimento de materiais; acompanhamento gerencial do fornecimento e do consumo de energia elétrica, telefone, água, combustível, frota de veículos, cópias, sistema de refrigeração, dentre outros utilizados por todas as unidades administrativas e judiciárias, sem que os usuários percebam que por trás dessa estrutura existe um contingente de servidores monitorando cada detalhe.

4.1. CONSTRUÇÃO DO GALPÃO DO FÓRUM JOSÉ CARLOS ARCOVERDE – SANTA RITA/PB.

No exercício de 2011, foram concluídos os serviços de construção do galpão na área onde se encontra instalado o Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega, na cidade de Santa Rita com um custo total no importe de R\$ 373.000,00 (trezentos e setenta e três mil reais).

Há muito o Regional se ressentia de espaço para abrigar, adequadamente, materiais e bens, uma vez que os espaços localizados no subsolo deste edifício sede e no prédio do Almoarifado, encontravam-se subutilizados, repletos de materiais e bens, muitos deles inservíveis para a Administração, os quais poderiam ser transferidos para armazenagem em local mais apropriado. Essas áreas poderiam ser usadas como estacionamento – no caso do subsolo do Bloco “C” do edifício sede – ou mesmo para instalação de ambientes para abrigar outros setores, tendo em vista a crescente demanda por espaço, uma vez que a estrutura projetada para este prédio - há mais de 18 anos - permanece a mesma, enquanto que o crescimento dos serviços oferecidos e do quadro de pessoal verificado ao longo desse período é notável.

A consecução de tal projeto propiciou, de imediato, na melhoria e otimização das atividades do Serviço de Material e Patrimônio que vinha padecendo pela falta de espaço para

armazenagem e estocagem de materiais – tanto permanente como de consumo -, possibilitando um maior controle e eficiente dinâmica na logística de distribuição.

4.2. MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS

No ano de 2011, esta Administração, dando continuidade aos programas de conservação e manutenção de bens imóveis implementou vários procedimentos administrativos visando a execução de serviços de engenharia nos prédios próprios do Regional. Entre os serviços planejados e realizados pode-se destacar: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma na Vara Trabalhista da Cidade de Areia/PB, cujo investimento totalizou R\$ 84.747,00 (oitenta e quatro mil, setecentos e quarenta e sete reais) e a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma e manutenção de diversos prédios desta 13ª Região (Edifício sede - João Pessoa/PB; Almoxarifado – João Pessoa/PB; Serviço de Documentação e Arquivo (SDA) – João Pessoa/PB; Arquivo das Varas do Trabalho – João Pessoa/PB; Fórum Trabalhista de Santa Rita – Santa Rita/PB; e Vara do Trabalho de Mamanguape – Mamanguape/PB).– valor total despendido: R\$ 175.740,00 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais).

4.3. SUBSTITUIÇÃO DO FORRO DO EDIFÍCIO SEDE

Atendendo a um pleito antigo de desembargadores e servidores, a Administração do TRT, conseguiu autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho-CSJT para alocar recursos orçamentários no Projeto de Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho para substituição do forro do Edifício Sede.

O forro do Edifício Sede ainda é o mesmo desde a construção do prédio, há quase vinte anos. O sistema de forro atual não é mais comercializado e também, face as inúmeras intervenções sofridas para realização de serviços de manutenção predial, está em estado precário, bastando simples inspeção visual para verificar tal assertiva. Outro fato relevante diz respeito a grande sujeira acumulada na face superior durante todo esse período, o que é uma fonte interminável de doenças respiratórias haja vista a inviabilidade técnica e econômica de retirar e colocar todo o forro para execução de limpeza. Por fim, será aproveitado o serviço de retirada do forro para realização da individualização dos circuitos elétricos de iluminação, o que certamente trará benefícios econômicos no que diz respeito ao consumo de energia elétrica, aproveitando-se melhor os recursos naturais de iluminação.

Assim sendo, o TRT da 13ª Região licitou e contratou empresa especializada para a realização dos serviços, com um investimento total de R\$ 365.750,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

4.4. RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS DO TRIBUNAL

A atual Administração adquiriu 08 (oito) veículos de serviço, na categoria mínima de sedam médio - com oferta de veículos usados como parte do pagamento, com o objetivo de renovar a atual frota de veículos deste Tribunal. A renovação da frota é ação administrativa voltada à segurança dos magistrados e servidores, além de propiciar redução de despesas com manutenção, seguro de veículos antigos, obsoletos e desgastados pelo uso, sendo o valor licitado no montante de R\$ 436.300,000 (quatrocentos e trinta e seis mil e trezentos reais);

4.5. PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO (Mobiliário).

Uma das grandes conquistas desta Administração, no exercício de 2011, foi a

conclusão do projeto de modernização das instalações físicas, mediante a aquisição de mobiliário, a qual tem por objetivo a melhoria dos ambientes de trabalho. Esta ação se constituiu no cumprimento de uma das mais importantes e desafiadoras metas estabelecida no Planejamento Estratégico deste Regional. Foram adquiridos mobiliários para diversas unidades administrativas e judiciárias, visando a complementação da modernização atendendo aos modernos conceitos de ergonomia e funcionalidade dos móveis deste Tribunal. Ao todo foram investidos R\$ 2.097.531,97 (dois milhões, noventa e sete mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos), sendo: R\$ 1.040.245,20 (um milhão, quarenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos) na aquisição de poltronas e longarinas para atender necessidades das unidades administrativas e judiciárias deste Regional, bem como para substituir as poltronas de uso dos Desembargadores (Gabinetes, Sala de Sessões do Tribunal Pleno, das Turmas e das Salas de Audiências de todas as Varas do Regional), e R\$ 1.057.286,77 (um milhão, cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e seis reais e setenta e sete centavos), com os demais móveis (armários, estações de trabalho, gaveteiros e mesas).

4.6. AQUISIÇÃO DE MONITORES LCD

Preocupada com saúde dos profissionais que trabalham nesta Justiça Especializada, a Administração adquiriu, no exercício de 2011, 300 (trezentos) monitores de LCD, em substituição aos antigos monitores CRT, ainda presente em várias Unidades Administrativas e Judiciárias. Esta ação objetiva minimizar os efeitos danosos, na visão de magistrados e servidores, provenientes da implantação, em todo o Regional, do Processo Eletrônico. Os monitores de LCD, além de possuírem melhor resolução, emitem menos luminosidade que os CRT. Assim, a administração investiu mais de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais) na consecução desta ação.

4.7. DA COORDENADORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO - CEMA

4.7.1. Protocolos Administrativos:

De janeiro até novembro movimentamos 380 protocolos administrativos, ou seja, mais de 30 processos mês, envolvendo atividades diversas, a exemplo de solicitações de projetos, apoio operacional, contratos de terceiros, execução de obras, manutenções prediais, etc.

4.7.2. Planejamento, gestão, fiscalização e execução de serviços:

A Coordenação elaborou diversos projetos envolvendo mudanças de estruturas físicas do Tribunal e planejamentos importantes para contratação de novos serviços. Todavia, não resta dúvida de que o trabalho mais relevante no período é a construção da nova sede do Fórum Maximiano Figueiredo, haja vista tratar-se de uma obra de médio/grande porte, onde envolve a aplicação de recursos da ordem de 30 milhões de reais, o que demanda cuidado redobrado e muito esforço da equipe. A seguir discriminamos as principais atividades desenvolvidas no período.

4.7.3. projetos e estudos:

- projeto de relocação do memorial;
- modificações substanciais no projeto arquitetônico do novo Fórum;
- projeto e confecção de tribuna;
- projeto de layout para corregedoria;
- mudança de layout da SETIC;
- mudança de layout VT Itabaiana;

- mudança de layout biblioteca;
- mudança de layout da Vice-Presidência;
- mudança de layout Cenaten Campina Grande;
- projeto de ambiente para empregados terceirizados;
- projeto de acréscimo de bancada do Tribunal Pleno;
- projeto de modernização do forro do Edifício Sede;
- projeto de galeria de fotos para VT de Sousa;

4.7.4. projetos básicos e orçamentos

- modernização de forros de pavimentos do Edifício Sede;
- contratação de projetos executivos complementares para novo Fórum;
- contratação de serviços do Fórum de Santa Rita e Edifício Sede;
- contratação de serviços de reforma da VT de Areia;

4.7.5. fiscalização de obras e serviços de engenharia

- Construção da nova sede do Fórum Maximiano Figueiredo;
- Novos gabinetes de desembargadores;
- Serviço Médico e Odontológico;
- Construção do Galpão de Santa Rita;
- Instalação do Juízo Auxiliar da Presidência;
- Instalação de películas protetoras no Edifício Sede;
- Instalação de rede elétrica e ar condicionado na VT de Patos;

4.7.6. gestão de contratos de manutenção:

- contratos de ar condicionados de janela e splits;
- contrato de manutenção de subestação;
- contrato de manutenção de geradores de energia elétrica;
- contrato de manutenção de elevadores;
- contrato de manutenção de centrais telefônicas;
- contrato de fornecimento de energia elétrica;
- contrato de fornecimento de água e esgoto.
- contrato de manutenção de equipamentos tipo fax simile;

4.7.7. serviços de manutenção predial:

- serviços elétricos na capital e interior, destacando manutenção corretiva nas VT's de Cajazeiras e Guarabira;
- serviços hidráulicos na capital e interior, destacando a solução de falta d' água nas VT's de Sousa e Catolé do Rocha;
- serviços de telefonia;
- serviços de marcenaria, destacando a confecção de tribuna para o Tribunal Pleno, retirada e colocação de divisórias para mudanças de layout's;
- serviços de metalurgia, destacando manutenção de persianas.

4.7.8. consultoria e apoio técnico:

Prestação de consultoria e apoio aos diversos setores do Tribunal, a exemplo do SMP,

SPF, SCI, SETIC, CPL e CCL, na elaboração de trabalhos técnicos ligados a área de engenharia, destacando a elaboração de minuta de Resolução Administrativa para elaboração de um plano de obras e pareceres técnicos.

4.8. DA COORDENADORIA DE CONTRATOS E LICITAÇÕES

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano de 2011, foram formalizados por este Regional diversos Ajustes, sendo 40 (quarenta) contratos, 07 (sete) convênios além de Acordos de Cooperação Técnica, a seguir relacionados:

Contratos

Nº	CONTRATADA	OBJETO
01/2011	Lanlink Informática Ltda.	Aquisição e instalação de equipamentos de informática (storages).
02/2011	Mindworks Tecnologia Ltda.	Treinamento em tecnologia da Informação - ITILV3 e COBIT 4.1.
03/2011	W. J. Serviços de Informática Ltda.	Suporte técnico e atualização do sistema SIABI instalado na Biblioteca.
04/2011	Elfort Segurança de Valores Ltda.	Serviços de guarda e vigilância patrimonial.
05/2011	Supriserv Comércio, Representações e Serviços Ltda.	Aquisição de equipamentos, programas e serviços do projeto de alta disponibilidade dos recursos de TI.
06/2011	S.O.S. Gás Ltda.	Fornecimento de gás GLP
07/2011	V. M. Rodrigues Primo – ME	Fornecimento e instalação de películas para controle solar nos vidros da fachada do edifício sede.
08/2011	Master Lavanderia e Tinturaria Ltda. - ME	Lavagem de peças de tecidos para em João Pessoa/PB.
09/2011	Maria do Socorro Rodrigues Teixeira	Serviços de lavagem de peças de tecidos em Campina Grande/PB.
10/2011	Empresa de Mineração Sublime Ltda.	Fornecimento de água mineral para as cidades de João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande.
11/2011	Alcance Soluções Empresariais Ltda.	Treinamento em gestão por competências para todos os magistrados e servidores.
12/2011	Teletex Computadores e Sistemas Ltda.	Aquisição de equipamentos, programas e serviços do projeto de alta disponibilidade dos recursos de TI.
13/2011	Lucas da Silva Luiz Bezerra – ME	Fornecimento de água mineral para a cidade de Campina Grande/PB.
14/2011	F & A Gráfica e Editora Ltda.	Serviços de execução de gravação de Chapa CTP (Computer to plate).

15/2011	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Manutenção exclusivamente preventiva nos split do novo sistema de refrigeração do edifício sede.
16/2011	Viva Filmes e Cinematografia Ltda.	Serviços para produção e edição de reportagens, vídeos, documentários e de cobertura jornalística de eventos, solenidades, atividades e seminários deste TRT.
17/2011	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	Serviços de coleta, entrega de malotes e correspondências e vendas de produtos postais.
18/2011	Microsens Ltda.	Aquisição de impressoras multifuncionais samsung.
19/2011	Engear – Engenharia de Aquecimento e Refrigeração Ltda.	Serviços de engenharia no Fórum da cidade de Campina Grande/PB (central de atendimentos).
20/2011	Hewlett Packard do Brasil Ltda.	Aquisição de notebooks para magistrados.
21/2011	Logmaster Tecnologia Ltda.	Aquisição de Nobreaks de 06 KVA.
22/2011	Uztech Serviços de Informática Ltda.	Aquisição de software e contratação de serviços de plataforma Tivoli Storage Manager – TSM.
23/2011	Itautec S/A – Grupo Itautec	Aquisição de licenças de softwares.
24/2011	Logmaster Tecnologia Ltda.	Aquisição de Nobreaks de 12 KVA.
25/2011	GDDOC – Gerenciamento Digital de Documentos Ltda.	Aquisição de programas de informática – ARCHIVARIUS 3000.
26/2011	Hasky Automação e Tecnologia da Inform. Ltda.	Aquisições e ampliações de soluções de armazenamento da dados.
27/2011	ZOIH Engenharia Ltda.	Serviços de engenharia e manutenção de prédios da 13ª Região.
28/2011	ZOIH Engenharia Ltda.	Serviços de engenharia para reforma no prédio da Vara do Trabalho da cidade de Areia/PB.
29/2011	F. Treze Tecnologia Ltda.	Serviços especializados para instalação, configuração, customização, treinamento e suporte técnico do software de colaboração ZIMBRA.
30/2011	Voyager Business Technology Ltda.	Serviços de capacitação nos conceitos de gerência dos serviços de tecnologia da informação preconizados pelo modelo de referência ITIL (Information Technology Infrastructure Library), por meio da aplicação do treinamento “ITIL FOUNDATIONS V3”.
31/2011	Urbieta Com. Representações e Serviços Ltda. - ME	Manutenção da subestação e de 02 (dois) grupos geradores do edifício sede
32/2011	ZOIH Engenharia Ltda.	Reforma do forro do bloco “C” do edifício sede.
33/2011	Kenta Informática Ltda.	Aquisição e instalação de solução para captura, armazenamento, gerência e disponibilização de áudio e vídeo, em meio digital – DRS, de audiências judiciais de 1º Grau realizadas no âmbito do TRT.
34/2011	EMBRATEL – Empresa Brasileira de Telec. Ltda.	Serviços de telefonia fixo comutado (STFC), na modalidade local.
35/2011	Northware Comércio e Serviços Ltda.	Aquisição de scanner de produção.
36/2011	Telemar Norte Leste S.A.	Serviços de telefonia fixo comutado (STFC), na modalidade local e longa distância e serviços de

		0800.
37/2011	Hewlett Packard do Brasil Ltda.	Aquisição de monitores de vídeo.
	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.	Seguro da frota de veículos.
	MBM Seguradora S/A.	Seguro de vida para estagiários.
	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A.	Seguro dos imóveis.

Convênios

Nº	CONVENIADO	OBJETO
01/2011	IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	Realização de estágios neste TRT destinados aos alunos matriculados na Instituição
02/2011	UNIDENTIS – Assistência Odontológica Ltda.	Serviços de assistência odontológica para magistrados e servidores.
03/2011	UEPB – Universidade Estadual da Paraíba	Doação de processos trabalhistas declarados findos, após o 5º ano de seu arquivamento definitivo.
04/2011	Banco do Brasil S/A.	Concessão de empréstimo consignado para magistrados e servidores.
05/2011	Caixa Econômica Federal	Acesso as informações registradas no SINAPI – SIPCI da CEF.
06/2011	AMATRA13 – Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região	Articulação e integração das partes para divulgar e implementar o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania – PTJC, nas escolas públicas do Estado da Paraíba.
	Caixa Econômica Federal	Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pela CAIXA e pelo TRIBUNAL à sociedade, por meio de troca e processamento de arquivos eletrônicos.

Acordos de Cooperação Técnica

INSTITUIÇÃO	OBJETO
TST – Tribunal Superior do Trabalho	Celebrar a conjugação de esforços com vistas a conceder suporte logístico ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, bem como ao desenvolvimento de projetos de interesses recíprocos de duração ilimitada.
MPPB – Ministério Público do Estado da Paraíba	Compartilhar soluções, sistemas e informações técnicas entre as áreas de Tecnologia da Informação com vistas a implantação no MPPB de um Sistema de Virtualização Processual.
TRT 8ª – Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região	Cessão de software responsável pelo sistema de cálculo trabalhista denominado JURISCALC, desenvolvido pelo TRT8 para implantação no TRT13.

Ainda durante o exercício de 2011, tendo em vista a realização de diversos Certames Licitatórios com vistas ao Registro de Preços, foram formalizadas através desta Coordenadoria de Contratos 07 (sete) Atas de Registro de Preços com os mais diversos objetos, conforme tabela abaixo:

Nº	EMPRESA	MATERIAL REGISTRADO
01/2011	STR Comercial Ltda.	Aparelhos de ar condicionado do tipo janela de 12.000 BTU's.
02/2011	SPI Comercial de Artigos para Escritório e Papelaria Ltda.	Aparelhos de ar condicionado do tipo janela de 18.000 BTU's.
03/2011	Magno e Filhos Ltda.	Aparelhos de ar condicionado do tipo janela de 20.000/20.500/21.000 BTU's.
04/2011	GDDOC – Gerenciamento Digital de Documentos Ltda.	Licença do software ARCHIVARIUS 3000.
05/2011	Tania Vianna Santos – EVF Comércio e Serviços	Cartuchos de fitas LTO ULTRIUM 5 – 1.5TB/3.0TB.
06/2011	Nortware Comércio e Serviços Ltda.	Scanner de produção FUJITSU.
07/2011	3WAY Networks Informática Ltda.	Serviços de consultoria em Tecnologia da Informação.

Esta Coordenadoria de Contratos ainda tem sob sua alçada o controle e acompanhamento de assinaturas de jornais, diários, revistas e períodos para este Regional, onde mantém contato com as Editoras buscando resolver problemas, e iniciando os processos de renovação, bem como cientificando os setores interessados de todas as ocorrências surgidas durante a execução dos serviços de distribuição das publicações.

Apresentamos, a seguir relação das assinaturas adquiridas por este Regional:

Revistas e Periódicos

EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	QUANT.	DESTINATÁRIO
NDJ	Boletim de Licitações e Contratos	1	SCI
	Boletim de Direito Administrativo	1	
editora LTR	Revista LTR	11	08 Gabinetes de Magistrados, SDA, SCR e AJP

Editora LTR	Suplemento Trabalhista da LTR	1	SCR
Editora LTR	Revista Trabalhista “Direito e Processo”	61	Diversos Magistrados
Zênite Informação e Consultoria Ltda.	Informativo de Licitações e Contratos	1	CPL
BP S.A.	Revista Techne	1	CEMA
BP S.A.	Revista Construção Mercado	1	CEMA
Vox Legis instituto de Consultoria	Assinatura do informativo Manual do Servidor Público	1	SEGEPE
HS Editora Ltda.	Justiça do Trabalho	1	Biblioteca
Edições Ciência Jurídica Ltda.	Ciência Jurídica do Trabalho	1	SDA
Editora Fórum	Assinatura Eletrônica “Informativo Jacoby de Gestão Pública”	1	SCI

Jornais

EMPRESA	OBJETO DO CONTRATO	QUANT.	DESTINATÁRIO
Adelina Pessoa da Silva	Jornal da Paraíba	1	CPL
Adelina Pessoa da Silva	Jornal da Paraíba	1	ACS
Adelina Pessoa da Silva	Jornal O Norte	1	ACS
Correio da Paraíba Ltda.	Jornal Correio da Paraíba	4	GP, SAdm, ACS e GDG

Também é de competência desta Coordenadoria de Contratos e Licitações, através do Setor de Cadastro de Fornecedores, a inclusão dos fornecedores deste Tribunal para efeito de habilitação das licitações, bem como consultas ao Cadastro de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN e as Certidões de regularidade fiscal de empresas.

A Coordenadoria de Contratos compete, ainda, a atualização mensal da página deste Regional, na internet, no que se refere ao módulo de contratos no link Contas Públicas, onde são cadastrados todas os contratos e aditivos celebrados pelo TRT da 13ª Região, com vistas a uma maior publicidade de suas contratações.

No início de todo exercício, esta Coordenadoria, através de memorando protocolado através do Sistema SISPAE, comunica ao Ilmo. Senhor Diretor Administrativo a necessidade de

solicitar junto à Secretaria de Planejamento e Finanças, a alocação de recursos com vistas ao cumprimento das obrigações financeiras decorrentes dos diversos contratos formalizados e em andamento em todo o Regional.

No exercício de 2011 foram celebrados por este Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região 40 (quarenta) contratos administrativos, referentes à aquisição de bens e serviços, em estrita consonância com os preceitos estabelecidos na Lei 8.666/93, em decorrência de procedimentos licitatórios próprios ou cujas licitações foram declaradas dispensadas ou inviáveis de realização por impossibilidade de competição, bem como a adesão a Atas de Registro de Preços de outras Instituições.

Dos contratos celebrados 03 (três) se referem à prestação de serviços de seguro, sendo um dos veículos da frota oficial, outro para a cobertura dos imóveis do Regional e mais um em relação ao seguro de vida estagiários que atuam em diversas Varas do Trabalho deste Tribunal, estes firmados com a emissão de apólices, por ser avença regida por normas eminentemente de direito privado.

Ressalte-se que dos ajustes firmados no exercício de 2011, o Contrato TRT nº 04/2011, firmado com a empresa ELFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA., cujo objeto é a prestação dos serviços de vigilância patrimonial, foi de extrema importância, eis que tais serviços são imprescindíveis para o bom funcionamento de todo Regional, pois visa garantir a segurança tanto patrimonial como a pessoal dos magistrados e servidores, como também para todo o público que busca nesta Justiça Laboral a efetivação de seus direitos trabalhistas.

Podemos ressaltar também, o Contrato TRT nº 32/2011, firmado com a empresa ZOIH ENGENHARIA LTDA., cujo objeto é a reforma do forro do Bloco “C” do edifício sede, pois com tais serviços, além de modernizar as instalações do Regional, também serão trocadas luminárias mais modernas e eficientes o que trará mais conforto para servidores e magistrados, bem como economia de energia elétrica para o Regional.

Durante o exercício de 2011, ainda foram formalizados os novos contratos de telefonia fixa para toda a 13ª Região. Sem maiores digressões estes serviços são imprescindíveis ao funcionamento da instituição.

Foram firmados, ainda, 07 (sete) convênios de mútua cooperação, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços desenvolvidos neste Regional, a realização de estágios remunerados a estudantes de nível superior, utilização de serviços odontológicos por magistrados e servidores e ainda a concessão de empréstimos com as prestações consignadas em folha de pagamento.

Outrossim, Acordos de Cooperação Técnica firmados por este Regional, têm como objetivo principal compartilhar soluções com vistas a uma melhor e maior prestação dos serviços à sociedade, tanto no âmbito administrativo como na esfera jurisdicional.

Nesta análise não podemos incluir indicadores e parâmetros de comparabilidade, eis que esta Coordenadoria de Contratos e Licitações compete a elaboração dos instrumentos contratuais derivados de procedimentos administrativos, estabelecendo direitos, obrigações e responsabilidades definidas nos atos convocatórios, que selecionaram aqueles que realizaram os desígnios da Administração, quer seja no fornecimento de bens ou na prestação de serviços.

Do exposto, concluímos que na elaboração e celebração de contratos e convênios, atividades inerentes a esta Unidade, as ações administrativas autorizadas para a aquisição de bens e prestação de serviços foram realizadas dentro das expectativas da Administração, obedecendo todos os preceitos legais, bem como em atendimento às normas internas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, não se verificando qualquer ocorrência que pudesse promover o insucesso das atividades realizadas no exercício de 2011, nem que impedisse a consecução dos objetivos delineados pelos Gestores para esta Coordenadoria de Licitações e Contratos.

A Coordenadoria de Licitações e Contratos tem sob sua responsabilidade uma gama diversificada de atribuições, desde a elaboração de minutas de instrumentos contratuais até o

acompanhamento e manutenção da execução dos contratos, passando pela sua formalização, bem como emitindo pareceres acerca das mais diferentes situações, instruindo e participando da iniciação dos Protocolos Administrativos que envolvam toda aquisição de bens e serviços do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

4.9. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Licitações Realizadas

Modalidade de tomada de preços

- TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011 – PROCESSO TRT Nº 8.516/2011 – Data de Abertura: 02/06/2011 – Aquisição de material de consumo (limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha), visando suprir as necessidades deste Regional no exercício corrente – Valor licitado: R\$ 21.784,50 (vinte e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2011 – PROCESSO TRT Nº 9.144/2011 – Data de Abertura: 15/09/2011 – Contratação de empresa especializada ou profissional autônomo especializado para elaboração de projeto executivo para modernização e manutenção corretiva de 02 (dois) elevadores OTIS, instalados no Fórum Irineu Joffily em Campina Grande/PB – Certame Deserto.
- TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2011 – PROCESSO TRT Nº 8.281/2011 – Data de Abertura: 07/07/2011 – Contratação de empresa especializada para os serviços de instalação da Central de Atendimento, realocação da Distribuição de Feitos e manutenção da 1ª Vara do Trabalho do Fórum Irineu Joffily, em Campina Grande/PB – Valor licitado: R\$ 66.888,29 (sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2011 – PROCESSO TRT Nº 21.076/2011 – Data de Abertura: 21/10/2011 – Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma e manutenção de prédios desta 13ª Região – Valor licitado: R\$ 175.740,00 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e quarenta reais).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2011 – PROCESSO TRT Nº 21.887/2011 – Data de Abertura: 29/09/2011 – Aquisição de material de consumo para marcenaria, solicitado pela CEMA – Coordenadoria de Engenharia e Manutenção deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 16.935,01 (dezesseis mil, novecentos e trinta e cinco reais e um centavo).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2011 – PROCESSO TRT Nº 21.888/2011 – Data de Abertura: 30/09/2011 – Aquisição de material de consumo (elétrico, eletrônico, proteção e segurança), solicitado pela CEMA – Coordenadoria de Engenharia e Manutenção deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 12.161,80 (doze mil, cento e sessenta e um reais e oitenta centavos).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2011 – PROCESSO TRT Nº 22.775/2011 – Data de Abertura: 03/10/2011 – Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma na Vara Trabalhista da Cidade de Areia/PB – Valor licitado: R\$ 75.300,00 (setenta e cinco mil e trezentos reais).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2011 – PROCESSO TRT Nº 21.806/2011 – Data de Abertura: 10/11/2011 – Contratação de empresa especializada na execução dos serviços diversos de manutenção de engenharia civil – divisórias, alvenarias, pinturas, granito, esquadrias, isolamento acústico, sistema de iluminação de emergência, cabeamento estruturado, piso, etc. No prédio do Fórum Irenêo Joffily deste Tribunal, na Cidade de Campina Grande/PB – Certame Fracassado.
- TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2011 – PROCESSO TRT Nº 20.858/2011 – Data de Abertura: 06/10/2011 – Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de

manutenção preventiva e corretiva, sem fornecimento de peças, da subestação abrigada e dos dois grupos geradores do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Valor licitado: R\$ 14.736,00 (quatorze mil, setecentos e trinta e seis reais) anuais.

- TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2011 – PROCESSO TRT Nº 12.450/2011 – Data de Abertura: 03/11/2011 – Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de modernização do forro do Edifício-Sede deste Regional – Valor licitado: R\$ 365.750,00 (trezentos e sessenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais).
- TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011 – PROCESSO TRT Nº 20.858/2011 – Data de Abertura: 12/12/2011 – Aquisição de material permanente (livros) para este Tribunal – Valor licitado: R\$ 20.881,55 (vinte mil, oitocentos e oitenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

Modalidade pregão – tipo presencial

- PREGÃO N.º 01/2011 – PROCESSO TRT N.º 3.161/2011 – Data de abertura: 21/03/2011 – Contratação de empresa para prestação de serviços de execução de gravação de chapa de CTP (COMPUTER TO PLATE) para este Tribunal – Valor Licitado: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais – valor para um contrato de 12 (doze) meses;
- PREGÃO N.º 02/2011 – PROCESSO TRT N.º 25.225/2011 – Data de abertura: 04/04/2011 – Contratação de empresa especializada nos serviços de Manutenção exclusivamente preventiva, sem fornecimento de peças, dos equipamentos que compõem o sistema de climatização recém instalado no Edifício Sede deste Regional – Valor Licitado: R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil, oitocentos reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses;
- PREGÃO N.º 03/2011 – PROCESSO TRT N.º 656/2011 – Data de abertura: 05/04/2011 – Aquisição de 02 (dois) condicionadores de ar - tipo split system - para utilização em unidades administrativas deste Regional - Valor Licitado: R\$ 9.730,00 (nove mil, setecentos e trinta reais);
- PREGÃO N.º 04/2011 – PROCESSO TRT N.º 6.146/2011 – Data de abertura: 28/04/2011 – Contratação de empresa para prestação de serviços para a produção e edição de reportagens, vídeos, documentários e de cobertura jornalística de eventos, solenidades, atividades e seminários do TRT da 13ª Região – Valor Licitado: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais) – valor para um contrato de 12 (doze) meses;
- PREGÃO N.º 05/2011 – PROCESSO TRT N.º 9.791/2011 – Data de abertura: 07/06/2011 – Aquisição de material de consumo (expediente, acondicionamento e embalagem, proteção e segurança), visando suprir as necessidades deste Regional no exercício corrente – Valor Licitado: R\$ 23.567,30 (vinte e três mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta centavos);
- PREGÃO N.º 06/2011 – PROCESSO TRT N.º 8.676/2011 – Data de abertura: 22/06/2011 – Aquisição de 02 (dois) veículos para renovação da frota deste Regional – Valor Licitado: R\$ 119.000,00 (Cento e dezenove mil reais);
- PREGÃO N.º 07/2011 – PROCESSO TRT N.º 21.891/2011 – Data de abertura: 28/09/2011 – Aquisição de materiais de consumo (hidráulico) solicitado pela CEMA – Coordenadoria de Engenharia e Manutenção, objetivando atender as necessidades deste Regional – Valor Licitado: R\$ 3.231,30 (três mil, duzentos e trinta e um reais e trinta centavos);
- PREGÃO N.º 08/2011 – PROCESSO TRT N.º 21.608/2011 – Data de abertura: 04/10/2011 – Aquisição de materiais de consumo (ferragens e divisórias) visando suprir as necessidades deste Regional – Valor Licitado: R\$ 7.697,00 (sete mil, seiscentos e noventa e sete reais);
- PREGÃO N.º 09/2011 – PROCESSO TRT N.º 22.120/2011 – Data de abertura: 11/10/2011 – Aquisição de material permanente (máquinas, ferramentas e utensílios de oficina, veículos diversos etc), visando atender as necessidades das unidades administrativas e judiciárias

deste Tribunal (Coordenadoria de Engenharia e Manutenção – CEMA e Serviços Gerais - SG), durante o exercício de 2011 – Valor Licitado: R\$ 9.460,00 (nove mil, quatrocentos e sessenta reais);

- PREGÃO N.º 10/2011 – PROCESSO TRT N.º 18.014/2011 – Data de abertura: 17/10/2011 – Aquisição de material permanente, 09 (nove) condicionadores de ar - tipo split system - para utilização neste Regional – Valor Licitado: R\$ 10.303,00 (dez mil, trezentos e três reais);
- PREGÃO N.º 11/2011 – PROCESSO TRT N.º 3.011/2011 – Data de abertura: 04/11/2011 – Contratação de empresa para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e fornecimento de Centrais Telefônicas, incluindo-se as linhas telefônicas, para atender ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, nas modalidades Serviço Local (fixo-fixo e fixo-móvel) e Serviço de Longa Distância (DDD), bem como Serviço “0800” – Valor Licitado: R\$ 256.911,37 (duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e onze reais e trinta e sete centavos) – valor para um contrato de 12 (doze) meses;
- PREGÃO N.º 12/2011 – PROCESSO TRT N.º 26.831/2011 – Data de abertura: 18/10/2011 – Aquisição de material de consumo (limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha) – Valor Licitado: R\$ 9.866,00 (nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais);
- PREGÃO N.º 13/2011 – PROCESSO TRT N.º 28.387/2011 – Data de abertura: 16/12/2011 – Aquisição de 06 (seis) veículos para renovação da frota deste Regional – Valor Licitado: R\$ 424.800,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais reais);
- PREGÃO N.º 14/2011 – PROCESSO TRT N.º 23.936/2011 – Data de abertura: 29/12/2011 – Contratação de empresa capaz de proceder à revitalização dos jardins internos e externos do edifício sede deste Tribunal. – Valor Licitado: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais);
- PREGÃO N.º 15/2011 – PROCESSO TRT N.º 25.468/2011 – Data de abertura: 19/12/2011 – REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de consumo (limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha), visando suprir necessidades deste Regional durante o período de 01 (um) ano – Valor Licitado: R\$ 40.300,20 (quarenta mil, trezentos reais e vinte centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício;
- PREGÃO N.º 16/2011 – PROCESSO TRT N.º 29.048/2011 – Data de abertura: 14/12/2011 – Contratação de empresa especializada em desinsetização e imunização das edificações pertencentes a este Regional – Valor Licitado: R\$ 25.073,45 (vinte e cinco mil, setenta e três reais e quarenta e cinco centavos);
- PREGÃO N.º 17/2011 – PROCESSO TRT N.º 24.268/2011 – Data de abertura: 15/12/2011 – REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de consumo (medicamentos diversos), visando suprir necessidades deste Regional – Certame Deserto;
- PREGÃO N.º 18/2011 – PROCESSO TRT N.º 26.896/2011 – Data de abertura: 16/12/2011 – REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de consumo (expediente, eletro e eletrônico, bandeiras, flâmulas e insígnias), visando suprir necessidades deste Regional no primeiro semestre do próximo exercício – Valor Licitado: R\$ 42.988,60 (quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.

Modalidade pregão – tipo licitação

- - PREGÃO N.º 01/2011 – PROCESSO TRT N.º 3.084/2011 – Data de abertura: 18/03/2011 – Contratação de empresa visando a cobertura securitária da frota de veículos pertencentes ao acervo deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais).
- PREGÃO N.º 02/2011 – PROCESSO TRT N.º 16.493/2011 – Data de abertura: 10/08/2011 – Registro de Preços para aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo “Janela”, para

atender às necessidades das unidades administrativas e judiciárias deste Regional – Valor licitado: R\$ 74.709,84 (setenta e quatro mil, setecentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição total.

- PREGÃO N.º 03/2011 – PROCESSO TRT N.º 18.218/2011 – Data de abertura: 11/08/2011 – Aquisição de licenças de uso programas de informática (softwares) – Valor licitado: R\$ 48.988,68 (quarenta e oito mil, novecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).
- PREGÃO N.º 04/2011 – PROCESSO TRT N.º 19.143/2011 – Data de abertura: 23/09/2011 – Contratação de empresa especializada para realizar SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO do software de colaboração ZIMBRA COLLABORATION SERVER OPEN SOURCE EDITION, visando a migração/implantação do Novo Webmail do TRT da 13ª Região – Valor licitado: R\$ 25.490,00 (vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa reais).
- PREGÃO N.º 05/2011 – PROCESSO TRT N.º 18.562/2011 – Data de abertura: 25/08/2011 – Registro de Preços para aquisição de “Scanners” de produção para atender às necessidades deste Tribunal – Certame Revogado.
- PREGÃO N.º 06/2011 – PROCESSO TRT N.º 16.975/2011 – Data de abertura: 13/09/2011 – Registro de Preços para aquisição de licenças de uso do programa de informática (software) para recuperação de textos/localizador de arquivo, para este Tribunal – Valor licitado: R\$ 15.398,00 (quinze mil, trezentos e noventa e oito reais) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 07/2011 – PROCESSO TRT N.º 22.851/2011 – Data de abertura: 03/10/2011 – Registro de Preços para aquisição de material de consumo (fitas de back-up) visando suprir a unidade de gerenciamento e armazenamento de informações (Storage) de material suficiente para realização dos procedimentos de cópias de segurança das bases de dados deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 08/2011 – PROCESSO TRT N.º 22.079/2011 – Data de abertura: 13/10/2011 – Aquisição de ferramentas e material de consumo visando atender as necessidades de serviços de manutenção de equipamentos de informática deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 5.010,90 (cinco mil, dez reais e noventa centavos).
- PREGÃO N.º 09/2011 – PROCESSO TRT N.º 17.588/2011 – Data de abertura: 10/10/2011 – Aquisição de equipamentos de áudio/vídeo e acessórios destinados a atender as necessidades da ACS – Assessoria de Comunicação Social deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 15.094,66 (quinze mil, noventa e quatro reais e sessenta e seis centavos).
- PREGÃO N.º 10/2011 – PROCESSO TRT N.º 24.988/2011 – Data de abertura: 24/10/2011 – Registro de Preços para o fornecimento, montagem e instalação de mobiliário para o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região – Certame Revogado.
- PREGÃO N.º 11/2011 – PROCESSO TRT N.º 25.082/2011 – Data de abertura: 25/10/2011 – Registro de Preços para contratação de serviço especializado de consultoria técnica em tecnologias de desenvolvimento de sistemas para web e suporte aos servidores de aplicação, visando a melhoria dos serviços web de TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação) e atualização do corpo técnico do Tribunal Regional do Trabalho – 13ª Região – Valor Licitado: R\$ 288.665,98 (duzentos e oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição total.
- PREGÃO N.º 12/2011 – PROCESSO TRT N.º 28.389/2011 – Data de abertura: 23/11/2011 – Aquisição de material permanente (aparelhos telefônicos, cafeteira, cortador de grama, frigobar) para atender as necessidades deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 2.082,99 (dois mil, oitenta e dois reais e noventa e nove centavos).
- PREGÃO N.º 13/2011 – PROCESSO TRT N.º 27.606/2011 – Data de abertura: 25/11/2011 – Registro de Preços para aquisição de “Scanners” de produção para atender às necessidades

deste Tribunal, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos – Valor licitado: R\$ 123.128,20 (cento e vinte e três mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.

- PREGÃO N.º 14/2011 – PROCESSO TRT N.º 25.478/2011 – Data de abertura: 28/11/2011 – Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares componentes de uma solução para implantação de uma rede corporativa sem fio (wireless) neste Tribunal – Valor licitado: R\$ 289.200,12 (duzentos e oitenta e nove mil, duzentos reais e doze centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 15/2010 – PROCESSO TRT N.º 24.986/2011 – Data de abertura: 22/12/2011 – Aquisição de três impressoras laser coloridas para este Tribunal – Certame Fracassado.
- PREGÃO N.º 16/2011 – PROCESSO TRT N.º 28.165/2011 – Data de abertura: 06/12/2011 – Registro de preços de material de consumo (processamento de dados), visando suprir necessidades deste Regional durante o período de 01 (um) ano. – Valor licitado: R\$ 51.174,90 (cinquenta e um mil, cento e setenta e quatro reais e noventa centavos) – valor correspondente à estimativa de aquisição para o exercício.
- PREGÃO N.º 17/2011 – PROCESSO TRT N.º 25.215/2011 – Data de abertura: 07/12/2011 – Contratação de treinamento na ferramenta LANDesk Management Suite nos módulos MS9, DS9 e ES9 para este Tribunal – Valor licitado: R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil, quatrocentos reais).
- PREGÃO N.º 18/2011 – PROCESSO TRT N.º 24.892/2011 – Data de abertura: 12/12/2011 – Contratação de empresa visando a contratação de empresa visando a cobertura securitária dos imóveis pertencentes ao acervo patrimonial deste Tribunal – Valor licitado: R\$ 34.579,50 (trinta e quatro mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos).

4.9.1. Comentários sobre as licitações.

Foram instruídos 47 (quarenta e sete) certames licitatórios, correspondendo a um valor total estimado no mercado local para as aquisições de R\$ 3.526.071,75 (três milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setenta e um reais e setenta e cinco centavos, sendo os bens e serviços adquiridos ao montante de R\$ 3.023.729,44 (três milhões, vinte e três mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos).

MODALIDADE LICITATÓRIA	NÚMERO DE LICITATÓRIOS	CERTAMES
TOMADA DE PREÇOS	11	
PREGÃO – tipo presencial	18	
PREGÃO – tipo eletrônico	18	

Buscando sempre o oferecimento de maior vantajosidade para a administração, a CPL/Pregoeiro efetivamente obtiveram nas licitações uma economia média (como se demonstrou acima) na ordem de 14,25% (quatorze vírgula vinte e cinco por cento) sobre o valor total estimado no mercado local para as aquisições.

Observando o acima exposto, e considerando os mesmos parâmetros, em inúmeros certames obteve-se economia superior a 30% (trinta por cento) do estimado, onde podemos exemplificar:

Certames Licitatórios	Valor Percentual de Economia
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 15/2011 — REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de consumo	58,00%

(limpeza, produtos de higienização, copa e cozinha), visando suprir necessidades deste Regional durante o período de 01 (um) ano	
PREGÃO (PRESENCIAL) N° 18/2011 – REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de material de consumo (expediente, eletro e eletrônico, bandeiras, flâmulas e insígnias), visando suprir necessidades deste Regional no primeiro semestre do próximo exercício	21,00%
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 02/2011 – Registro de Preços para aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo “Janela”, para atender às necessidades das unidades administrativas e judiciárias deste Regional	33,00%
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 07/2011 – Registro de Preços para aquisição de material de consumo (fitas de back-up) visando suprir a unidade de gerenciamento e armazenamento de informações (Storage) de material suficiente para realização dos procedimentos de cópias de segurança das bases de dados deste Tribunal	31,00%
PREGÃO (ELETRÔNICO) N.º 16/2011 – Registro de preços de material de consumo (processamento de dados), visando suprir necessidades deste Regional durante o período de 01 (um) ano	70,00%

4.10. Sistema de Registro de Preços

Em 2011, houveram 12 (doze) certames licitatórios para Registro de Preços, que envolveram os mais diversos serviços, materiais e equipamentos.

4.11. Análise crítica do resultado alcançado

Em conformidade com o disposto na legislação vigente, as Leis n° 8.666/1993 e suas alterações e ainda a Lei n° 10.520/2002 e o Decreto n° 3.555/2000, alterado pelos Decretos no 3.693/2000, 3.784/2001 e 5.450/2005, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) e o Pregoeiro deste Tribunal desempenham suas atividades, nos devidos termos do Título I, Seção VII, subseção VI do Regimento Geral de Secretaria deste Regional.

Como setor competente para dirigir e julgar os processos de licitação e praticar os atos necessários a alcançar esses objetivos, a CPL utiliza como parâmetros para auferir os resultados obtidos ao longo do exercício, critérios tanto de ordem subjetiva, como de ordem objetiva. Os mesmos parâmetros são utilizados pelo Pregoeiro no desempenho de suas atividades.

Os critérios de ordem subjetiva, ou de livre interpretação, pautam-se pela satisfação dos interesses dos setores solicitantes quando da aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal, bem como pelo tratamento dispensado aos licitantes quando da realização do certames e ao público em geral quando do atendimento em virtude de dúvidas e esclarecimentos.

Já os critérios de ordem objetiva, são considerados como sendo a fiel observância dos princípios constitucionais que regem o serviço público quando do exercício de suas atividades, bem como a busca incessante pela economia dos gastos com a aquisição de bens e serviços por parte deste Regional com o critério de comparabilidade entre os preços estimados pela Administração e os efetivamente licitados/contratados.

Baseado nos critérios acima apresentados, pode-se avaliar o resultado obtido ao longo dos exercícios de 2003/2011 como sendo satisfatório, ao se considerar:

Que não houveram reclamações por parte dos licitantes nem do público em geral no

concernente ao atendimento disponibilizado por esta Comissão, haja vista o não recebimento por parte desta de nenhum questionamento direto nem por parte da Ouvidoria do Tribunal;

A não existência de qualquer reclamação por parte de outros setores deste Tribunal com relação ao desempenho das atividades da CPL. Há de se registrar nesse momento que esta Comissão também prima pelo bom relacionamento com os diversos setores deste Tribunal, considerando que a Administração é uma;

A fiel observância dos princípios insculpidos na carta Constitucional e na legislação atinente aos procedimentos de licitação e pregão, foram rotineiramente observados pela Assessoria Jurídica e aferidos pela Secretaria do Controle Interno deste Tribunal, não encontrando-se irregularidades que viessem macular o desempenho das atividades executadas;

A economia obtida na aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal, comparando-se os valores estimados pela Administração, que baseiam-se em pesquisas de mercado e o valor efetivamente disponibilizado pelo Tribunal quando da aquisição de bens e serviços. Esta economia, considerados os valores apresentados neste Relatório de Atividades (ano 2011), representa em média o percentual aproximado de 14,25% (quatorze vírgula vinte e cinco por cento), que se aproxima da a média dos últimos 04 (quatro) exercícios (2007-2010) que girou em torno dos 15,00% (quinze por cento).

4.12. Medidas implementadas e a implementar para melhorar o desempenho das atividades.

Com a preocupação de buscar o constante aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, a Comissão Permanente de Licitação e o Pregoeiro, solicitaram da Administração providências principalmente no pertinente às partes de capacitação profissional e operacional do Setor, dentre estas a realização de cursos de aperfeiçoamento e a disponibilização de equipamentos de informática e mobiliário mais modernos.

Em resposta, a Administração do Tribunal providenciou no exercício de 2011 a atualização dos Servidores através da participação em eventos que visavam a sua capacitação, bem como informou que, haja vista a aquisição no exercício 2011, no início de 2012 será providenciada a troca do mobiliário.

A Secretaria Administrativa em conjunto com a CPL entendeu como necessário, para o exercício de 2011, da necessidade da execução de cursos com a apresentação de roteiros demonstrando aos diversos setores que compõem este Tribunal da exigência de melhor especificar os produtos/serviços solicitados. O intuito será evitar diligências que venham a procrastinar o andamento dos certames bem como facilitar a aquisição de bens e serviços por parte deste Tribunal.

Entendeu-se também, como prioridade para o exercício 2012, a continuidade da capacitação dos Servidores através de cursos/participação em eventos afetos às áreas de Licitações e Contratos Administrativos.

4.13. COORDENADORIA DE PUBLICAÇÃO E INFORMAÇÃO

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Publicação e Informação – COPI, deste regional foram as seguintes:

- Gerenciamento e Publicação do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho;
- Edição e Publicação do Diário Administrativo Eletrônico;
- Edição e Publicação do Boletim Interno Eletrônico;
- Gerenciamento Eletrônico da Base textual de consulta, com atualização, inserção de links e notas explicativas quando da modificação de documentos anteriores;
- Envio de emails aos magistrados e servidores atingidos pelas publicações;
- Up-load dos arquivos para disponibilização na Internet e Intranet;

- Suporte aos gabinetes e setores em eventuais consultas;
- Edição e Publicação do Boletim Especial de Férias e
- Recepção, gerenciamento e envio das matérias com fito de publicação no DOU (Nova atribuição)

4.13.1. Dados estatísticos das publicações de 2011

Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho	232
Notificações/Despachos/Incidentes/Decisões	107557
Editais	3195
Recurso de Revista	3091
Diário Administrativo Eletrônico	222
Boletim Interno Eletrônico	215
Boletim Especial de Férias	001
ATOS	370
ATOS/SCR	8
PORTARIAS – GP	622
PORTARIAS – GDG	398
PROVIMENTOS	0
RECOMENDAÇÕES DA CORREGEDORIA	0
RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS	132
ORDENS DE SERVIÇOS	46
ORDENS DE SERVIÇO STP	6
RELATÓRIO DE COMBUSTÍVEIS	12
RELATÓRIO DE DIÁRIAS	12
RELATÓRIO DE PASSAGENS AÉREAS	12
RELATÓRIO DE ESTATÍSTICA	12

Por oportuno, lembramos que a implantação dos diários eletrônicos e do boletim interno eletrônico trouxeram uma economia significativa na verba de custeio deste Regional neste período.

5 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, relativo ao exercício de 2011, apresentou dotação de R\$ 289.005.179,00 e foi executado, em observância às normas legais e regimentais atinentes à espécie, conforme demonstrativos que seguem.

Registre-se que o percentual de execução do orçamento não alcançou um percentual maior em virtude de significativa quantia, no valor de R\$ 2.233.892,49, a título de obrigações patronais, sem a efetiva necessidade de utilização por parte deste TRT da 13ª Região.

O detalhamento das despesas relacionadas a essa ação obtidas no sistema SIAFI, no final do exercício de 2011, é apresentado nas Tabelas abaixo:

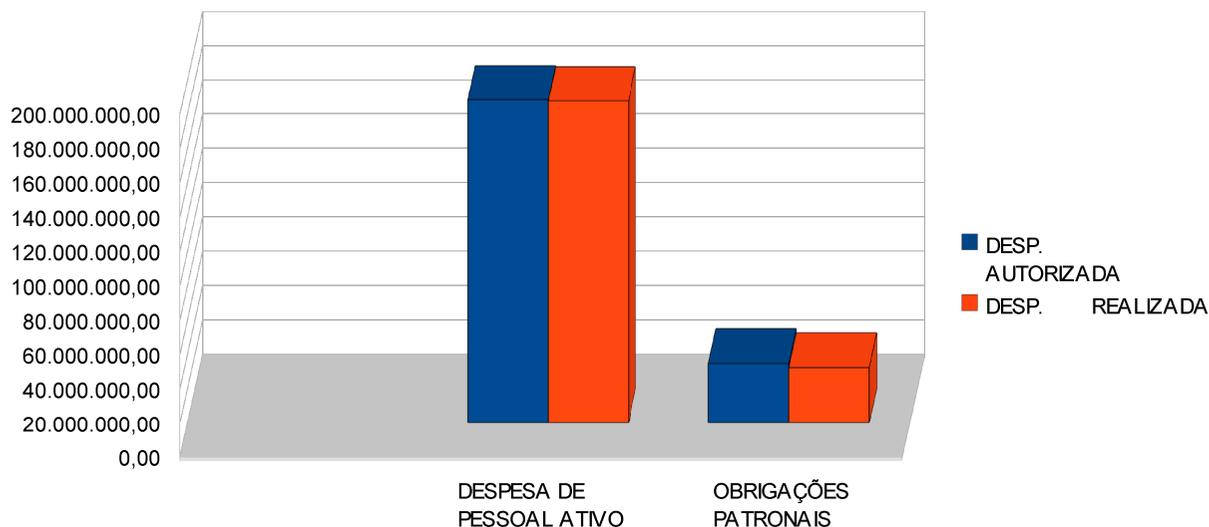
Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho

OBJETIVO: Administrar os encargos da administração geral no desenvolvimento das atividades judiciais, atividades relacionadas a frota de veículos deste Regional; conservar e preparar os bens imóveis próprios da União, cedidos e alugados, como também proporcionar aos diferentes setores do Órgão recursos capaz de apoiar eficazmente o trabalho de análise, procedimento, acompanhamento e avaliação das ações necessárias à viabilização das atividades fins dos setores.

A sua finalidade é a execução, as despesas normais com aquisição de material de consumo, material permanente e contratação de serviços de terceiros, tais como: despesas com contrato de manutenção de máquinas e equipamentos, concessão de diárias, aquisição de passagens aéreas, combustíveis, licenciamento e seguros dos veículos da frota deste Tribunal, aquisição de novos veículos de serviços, conservação do Edifício Sede deste Regional e dos demais prédios onde estão instaladas as varas trabalhistas jurisdicionadas por este TRT como também valores para suprir despesas de pequeno vulto.

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP. PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
319000	DESPESA DE PESSOAL ATIVO	188.678.225,00	188.079.989,31	598.235,69		0,00	100,0000%
319113	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	34.983.543,00	32.749.673,53	120.000,00		2.113.869,47	93,9575%
TOTAL		223.661.768,00	220.829.662,84	718.235,69	0,00	2.113.869,47	99,0549%

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
DESPESA DE PESSOAL ATIVO	188.678.225,00	188.079.989,31	598.235,69	99,6829%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	34.983.543,00	32.749.673,53	2.233.869,47	93,6145%

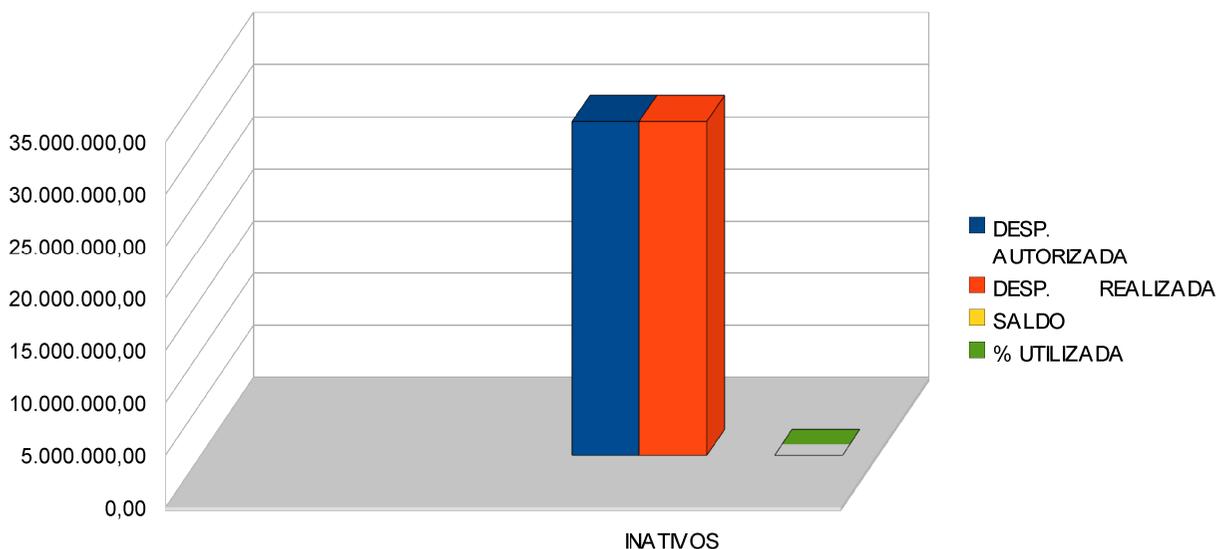


Programa: 09.272.0089.0396.0001 - Encargos com Inativos e Pensionistas

OBJETIVO: Assegurar a manutenção socio-econômica a que legalmente faz jus os servidores inativos e seus dependentes.

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
319001	INATIVOS	32.032.033,00	31.802.648,52	229.384,48		0,00	100,0000%
TOTAL	TOTAL	32.032.033,00	31.802.648,52	229.384,48	0,00	0,00	100,0000%

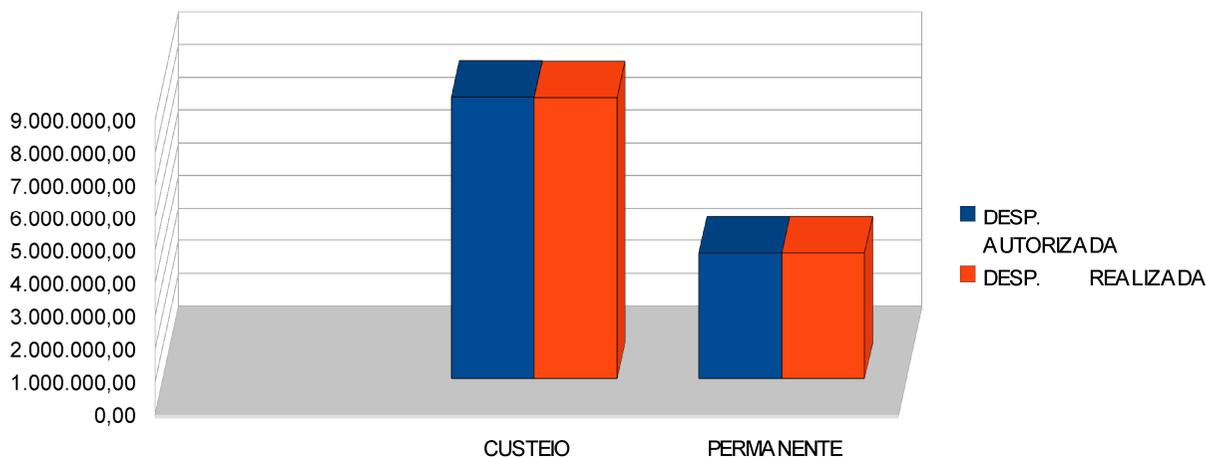
	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
INATIVOS	32.032.033,00	32.032.033,00	0,00	100,0000%



Programa: 02.061.0571.4256.0001 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Administração da Unidade)

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	9.008.223,00	6.667.923,31	1.930.396,97		19.902,72	95,4497%
449000	PERMANENTE	3.551.235,00	778.853,65	2.722.729,55		49.651,80	98,6018%
TOTAL		12.559.458,00	7.446.776,96	4.653.126,52		69.554,52	96,3410%

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RAP	% UTILIZADA
CUSTEIO	8.618.223,00	8.593.706,83	24.516,17	99,7155%
PERMANENTE	3.824.235,00	3.823.294,71	940,29	99,9754%

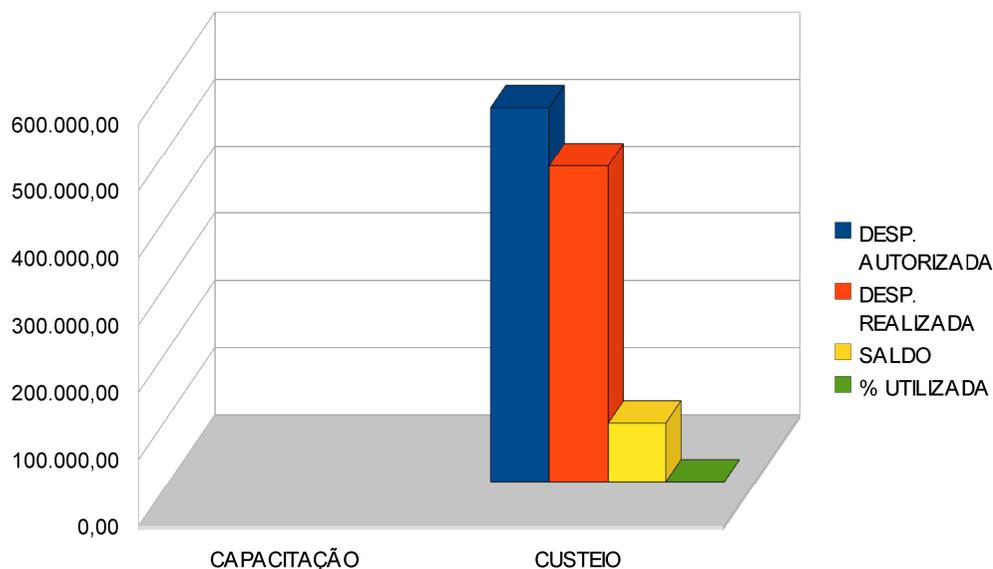


Programa: 02.128.0571.4091.0001 - Capacitação de Recursos Humanos

REALIZAÇÕES Estamos proporcionando através dos recursos disponíveis nesta atividade, o treinamento e reciclagem dos servidores deste Regional

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	558.200,00	394.313,10	76.568,25		87.318,64	84,3571%
TOTAL	TOTAL	558.200,00	394.313,10	76.568,25	0,00	87.318,64	

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
CAPACITAÇÃO				
CUSTEIO	558.200,00	470.881,35	87.318,65	84,3571%



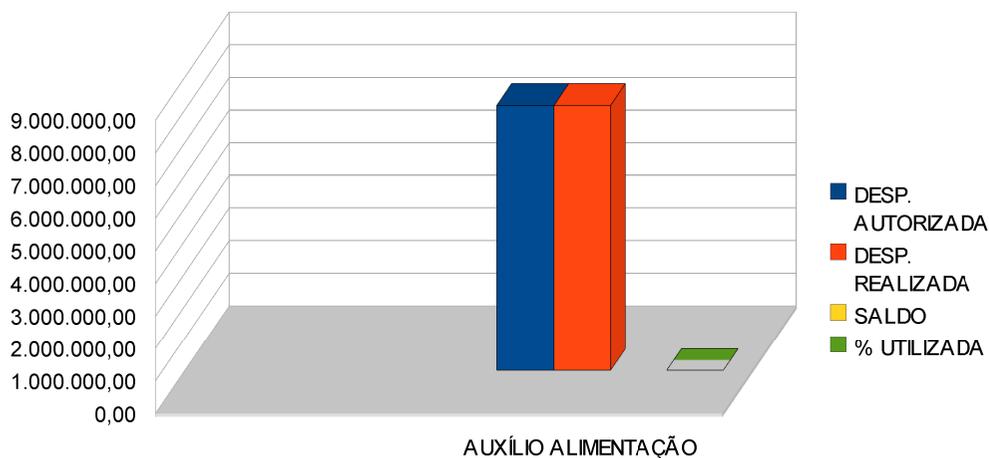
Programa: 02.306.0571.2012.0001 - Auxílio Alimentação

OBJETIVO: Cumprir o determinado na legislação específica, concedendo o benefício-alimentação a todos os servidores do quadro permanente de pessoal deste Regional, normalizado através dos atos nº 317/93 e 110/94

REALIZAÇÕES Neste Programa, foram atendidas as despesas com pagamento de auxílio-alimentação a todos os servidores ativos deste Regional

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339046	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	8.130.872,00	8.130.305,91	566,09		0,00	100,0000%
TOTAL	TOTAL	8.130.872,00	8.130.305,91	566,09	0,00	0,00	

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	8.130.872,00	8.130.872,00	0,00	100,0000%



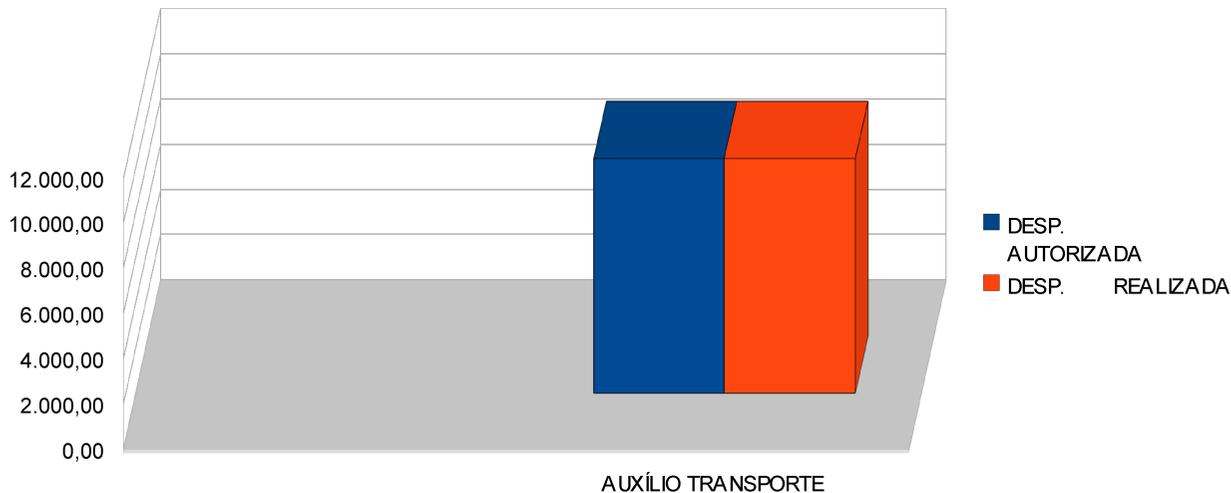
Programa: 02.331.0571.2011.0001 - Auxílio Transporte

OBJETIVO: Proporcionar aos servidores que se enquadram na legislação atinente ao feito, o recebimento do auxílio-transporte

REALIZAÇÕES Com os recursos orçamentários deste Programa , foram atendidas as despesas decorrentes com o auxílio-transporte aos servidores

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339049	AUXÍLIO TRANSPORTE	10.412,00	1.325,22	9.086,78		0,00	100,0000%
TOTAL	TOTAL	10.412,00	1.325,22	9.086,78	0,00	0,00	100,0000%

DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
AUXÍLIO TRANSPORTE	10.412,00	10.412,00	0,00	100,0000%

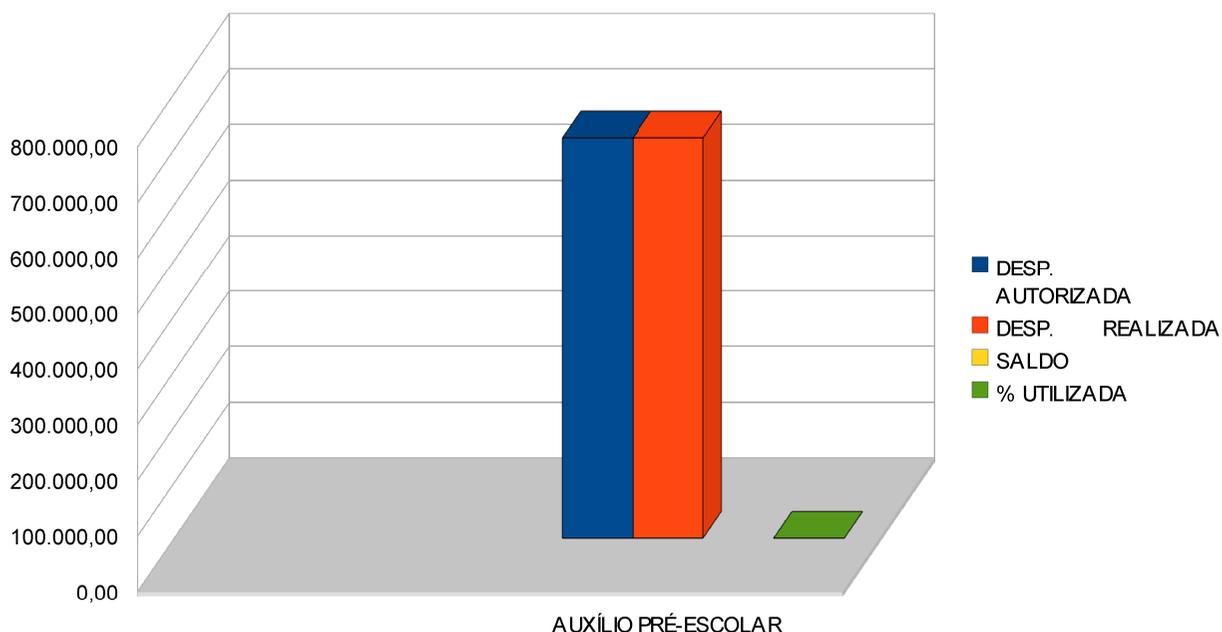


Programa: 02.365.0571.2010.0001 - Assistência Pré-escolar

OBJETIVO: Propiciar a assistência educacional aos dependentes dos servidores públicos deste Regional.

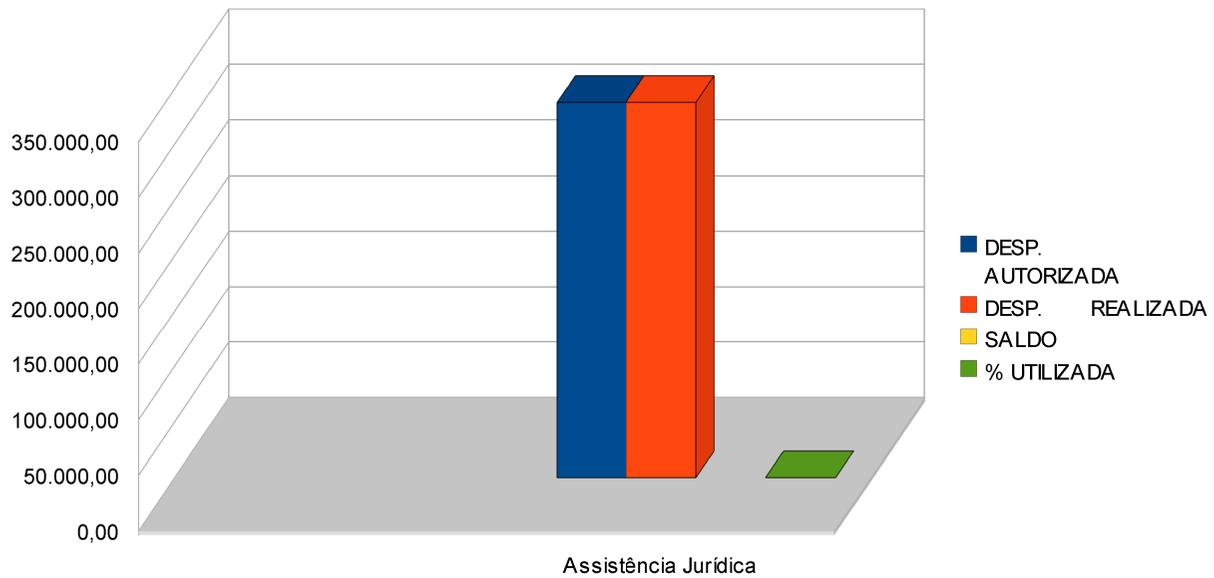
NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO
339008	AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	720.240,00	710.800,00	9.440,00		0,00
TOTAL		720.240,00	710.800,00	9.440,00	0,00	0,00

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	720.240,00	720.240,00	0,00	100,0000%



Programa: 02.061.0571.4224.0025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

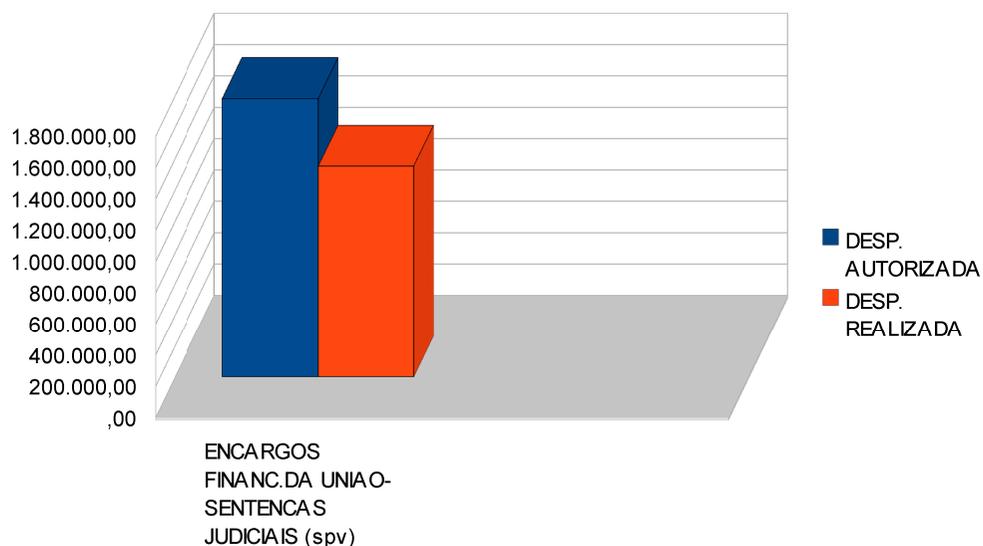
	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	337.800,00	337.725,40	74,60		0,00	100,0000%
TOTAL	TOTAL	337.800,00	337.725,40	74,60	0,00	0,00	100,0000%
	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA			
Assistência Jurídica	337.800,00	337.800,00	0,00	100,0000%			



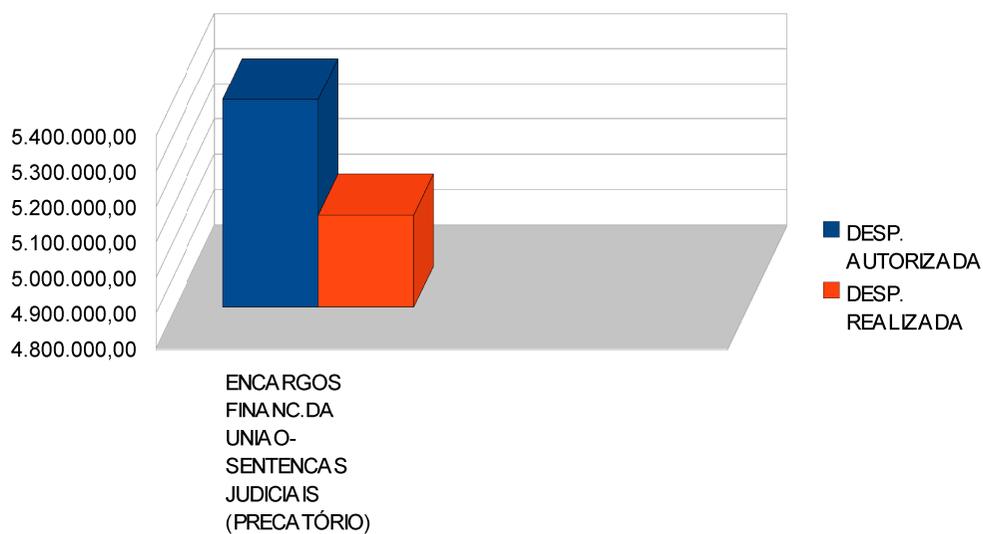
Programa: 28.846.0901.0005.0001 - Sentenças Judiciais

OBJETIVO: Administrar os recursos destinados ao pagamento de precatórios.

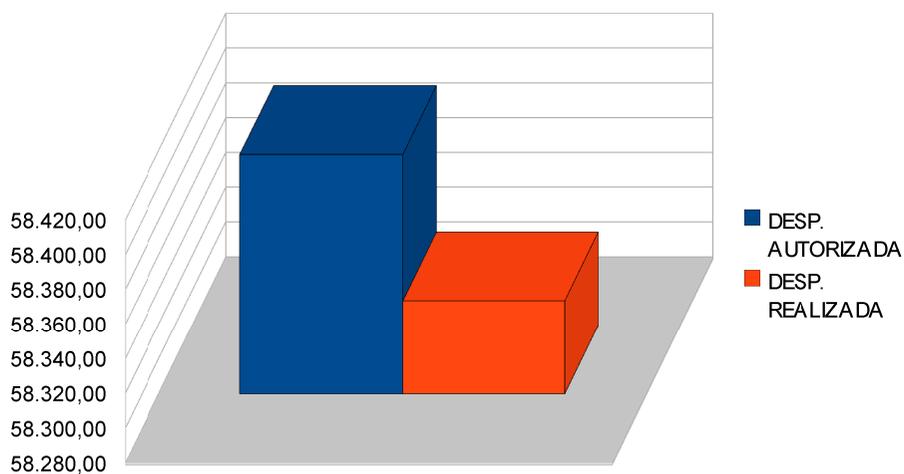
NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
319091	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS (spv)	1.778.168,00	1.347.488,75			430.679,25	75,7796%
319091	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS (Precatório)	5.388.096,00	5.059.910,02			328.185,98	93,9091%
319091	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	58.418,00	58.333,63			84,37	99,8556%
TOTAL		7.224.682,00	6.465.732,40			758.949,60	89,4950%
	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA				
	ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS (spv)	1.778.168,00	1.347.488,75				



DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS (PRECATÓRIO)	5.388.096,00	5.059.910,02



DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	58.418,00	58.333,63



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

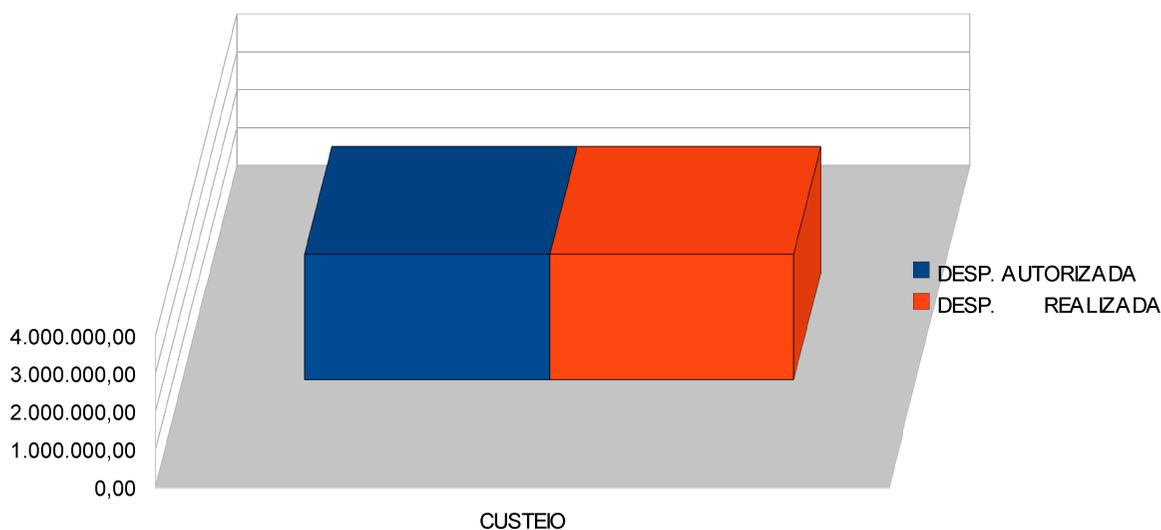
Programa: 02.301.0571.2004.0001 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores

OBJETIVO: Assegurar a saúde física e mental dos servidores assim como de seus dependentes em caráter complementar.

REALIZAÇÕES Estamos executando à conta desta atividade, despesas com plano de saúde.

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP. PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	3.346.396,00	3.333.247,02	13.148,98		0,00	100,0000%
449052	MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL	TOTAL	3.346.396,00	3.333.247,02	13.148,98	0,00	0,00	100,0000%

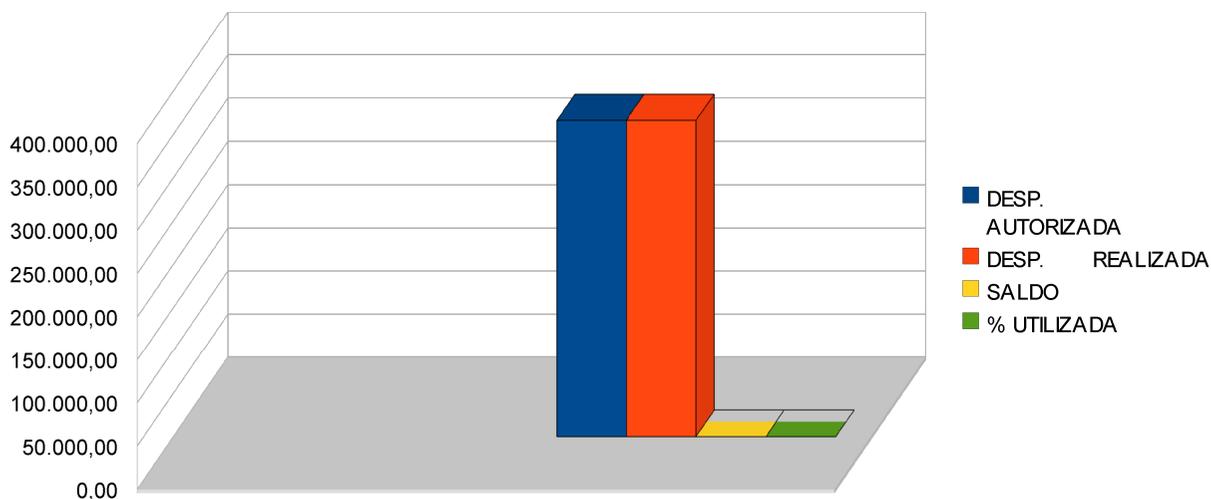
DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
CUSTEIO	3.346.396,00	3.346.396,00	3.346.396,00	100,00%



Programa: 02.122.0571.1P66.0001 – Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
339000	CUSTEIO	365.760,00	365.750,00	0,00	0,00	10,00	99,9973%
TOTAL	TOTAL	365.760,00	365.750,00	0,00	0,00	10,00	99,9973%

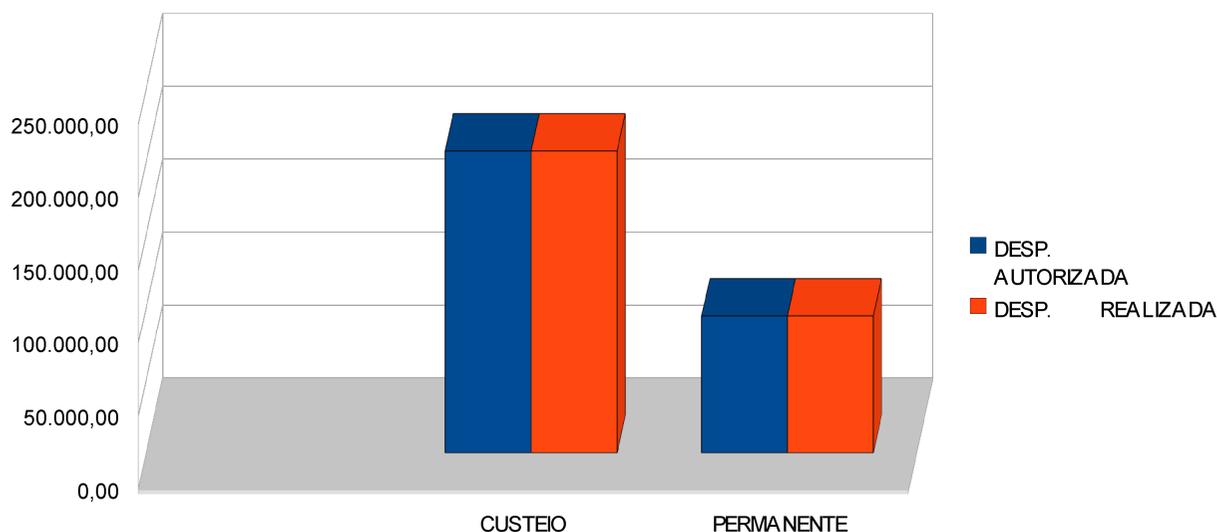
DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	SALDO	% UTILIZADA
	365.760,00	365.750,00	10,00	99,9973%



Programa: 02.126.0571.2C73.0001 – Manutenção do sistema Integrado de Gestão

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP.PRE-EMPENHADA	SALDO
	CUSTEIO	206.936,00	206.936,00	0,00		0,00
449052	MATERIAL PERMANENTE	93.991,65	93.991,65	0,00	0,00	0,00
TOTAL	TOTAL	300.927,65	300.927,65	0,00	0,00	0,00

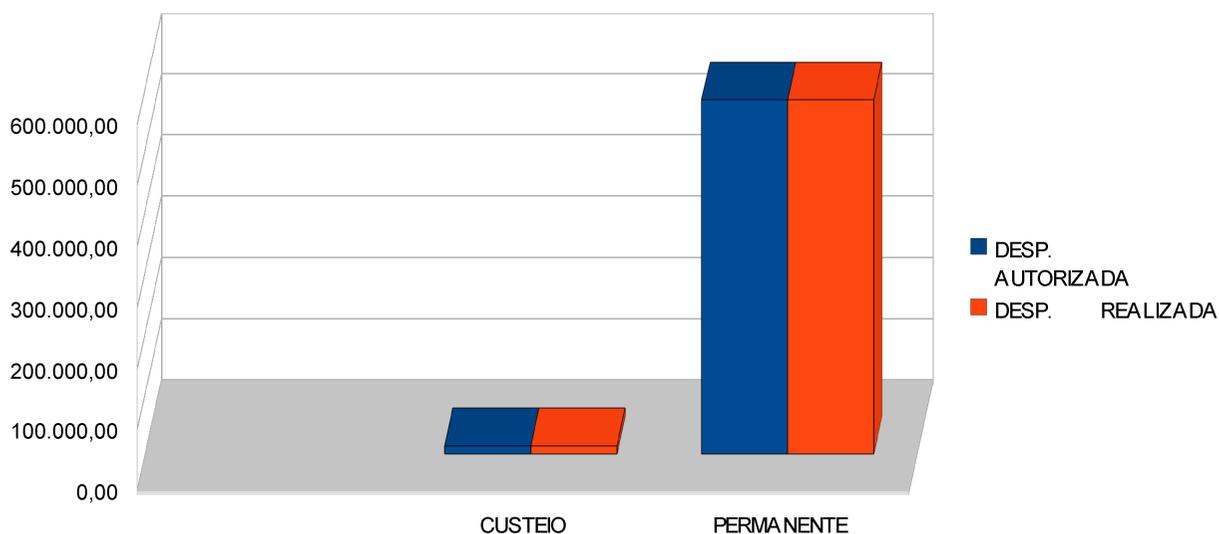
	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RAP	% UTILIZADA
CUSTEIO	206.936,00	206.936,00	0,00	100,0000%
PERMANENTE	93.991,65	93.991,65	0,00	100,0000%



Programa: 02.126.0571.5093.0001 – Implantação do sistema Integrado de Gestão

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP. PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
	CUSTEIO	13.070,16	13.070,16	0,00			100,0000%
449052	MATERIAL PERMANENTE	580.467,00	580.467,00	0,00	0,00	0,00	100,0000%
TOTAL	TOTAL	593.537,16	593.537,16	0,00	0,00	0,00	100,0000%

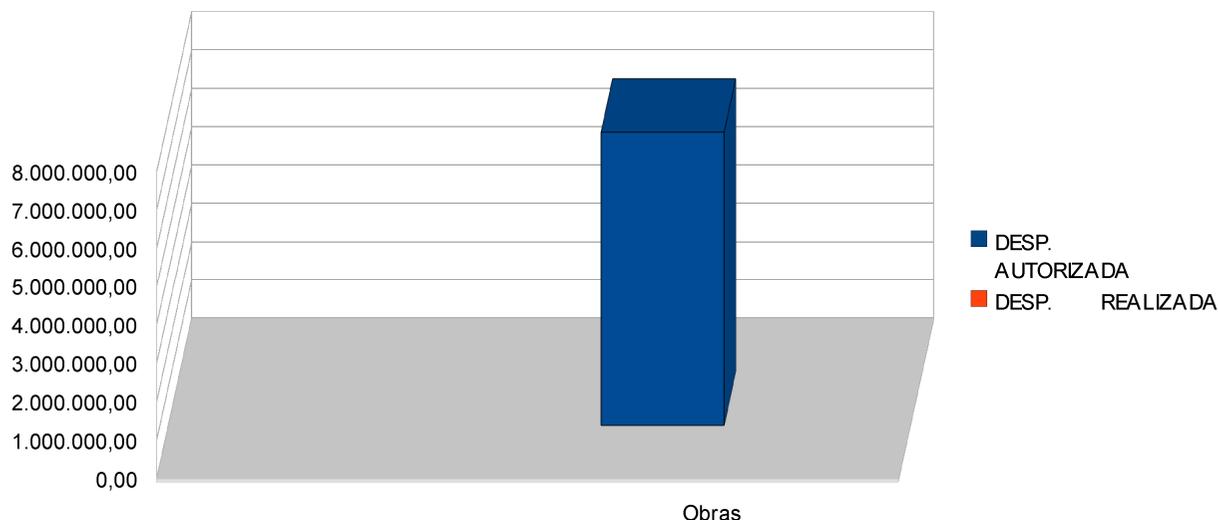
	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RAP	% UTILIZADA
CUSTEIO	13.070,16	13.070,16	0,00	100,0000%
PERMANENTE	580.467,00	580.467,00	0,00	100,0000%



Programa: 02.122.0571.10WT.0025 - Construção do Fórum Trabalhista em João Pessoa

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RESTOS A PAGAR - RAP	DESP. PRE-EMPENHADA	SALDO	% UTILIZADA
449051	OBRAS E INSTALAÇÕES	7.648.000,00	113.412,51	7.533.810,80	0,00	776,69	1,4829%
TOTAL	TOTAL	7.648.000,00	113.412,51	7.533.810,80	0,00	776,69	1,4829%
TOTAL GERAL		281.357.179,00	272.986.804,97	5.709.631,39		2.270.752,63	99,0543%

	DESP. AUTORIZADA	DESP. REALIZADA	RAP	% UTILIZADA
Obras	7.648.000,00	0,00	7.648.000,00	0,0000%



6 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1) Regulamentação do sistema de chamado eletrônico – Ato TRT GP 43/2011; através do ATO TRT GP 43/2011 foi regulamentado a forma de abrir chamado de atendimento à SETIC. A partir deste Ato, todos os chamados devem ser feitos através do Sistema de Chamado Eletrônico Ocomon, excetuando-se os chamados para sala de sessão dos plenos e audiência.

2) e-Saber - Programa de inclusão digital já atendeu 135 alunos; TRT inicia 8ª edição do projeto, que beneficiará adolescentes carentes. Mais quinze adolescentes estão participando do curso E-Saber de Inclusão Digital, promovido por servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e com o apoio da Amatra 13 – Associação dos Magistrados e Credjust – Cooperativa de CRÉDITO da Justiça do Trabalho.

3) Substituição de 643 computadores. Foram substituídos todos os computadores dos Gabinetes dos Desembargadores, Salas de Seções do Pleno, Informática, Varas do Trabalho de João Pessoa e Campina Grande e substituídos todos os computadores IBM (mais velhos) de toda a 13ª Região.

4) Instalação do DoctFache nos Gabinetes dos Desembargadores

Foi instalado a ferramenta de busca de arquivos em todos os computadores dos Gabinetes dos Desembargadores

5) e-Saber - Programa de inclusão digital já atendeu 150 alunos. O TRT inicia 9ª edição do projeto, que beneficiará adolescentes carentes, mais quinze adolescentes estão participando do curso E-Saber de Inclusão Digital promovido por servidores do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba e com o apoio da Amatra 13 – Associação dos Magistrados e Credjust – Cooperativa de CRÉDITO da Justiça do Trabalho.

6) Aquisição e substituição dos nobreaks. Foram adquiridos nobreaks para substituição em todas as Varas do Trabalho da 13ª Região. Em 2011 foi substituído nas Varas de Sousa, Patos, Cajazeiras e João Pessoa. As demais serão instaladas em 2012.

7) Instalação e treinamento no software de recuperação de textos ARQUIVARIUS 3000. Foi instalado e ministrado treinamento na ferramenta de busca de arquivos ARQUIVARIUS 3000 em todos os computadores dos Gabinetes dos Desembargadores.

8) Instalação da ferramenta de BI (Business Intelligent) Qlick View

Instalação e treinamento dos servidores da Secretaria da Corregedoria da ferramenta de Negócio Inteligente Qlick View. Esta ferramenta está sendo utilizada para recuperação de dados do SUAP (estatísticas) em forma de gráficos, prismas, etc.

9) Instalação do Software VOLARE. Instalação e configuração dos computadores da Coordenação de Engenharia e Manutenção do Software Volare. Este software especialista para área de Engenharia inventaria obras.

10) Novo Storage. Instalação e migração dos dados para o novo Storage. Este procedimento aumentou a capacidade de armazenamento de dados e performance na gestão do banco de dados.

11) Instalação da nova versão do Gabinete Virtual. Atualização da versão do Gabinete Virtual. Além desta atualização foi aumentada o número de licenças o que permitiu colocar além dos Juizes os Oficiais de Justiça para a acessar a rede de dados do TRT13 de forma remota.

12) Implantação da gestão dos Storages. Foi implantada um sistema de gestão de storage que permite replicar os storages de produção assim como contingenciá-los. Com essa tecnologia teremos em produção, storages trabalhando de forma replicada, ou seja, caso algum um tenha problema físico outro assume sem interferência humana e sem interrupção dos sistemas.

13) Gabinete Virtual para Smartfone e Tablet. Este serviço permitiu que Magistrados e Oficiais de Justiça utilizem o Gabinete Virtual, ou seja, a rede de dados do TRT13, através de dispositivos móveis como smartfone, ipad, blackbary, iphone, galaxy entre outros.

14) Instalação de nova Type Library LTO 05. Este equipamento é responsável pelo backup e permite uma gestão mais precisa no armazenamento e restore dos dados, além de maior capacidade de armazenamento nas fitas LTO 05.

15) Projeto Alta Disponibilidade. Foi iniciada a criação do Data Center backup no prédio onde funciona o Serviço de Material e Patrimônio. Nesta sala climatizada com piso elevado foi instalado equipamento Servidor e Storage. No ano de 2012 será ligado à sede do TRT13 através de fibra óptica e instalado nobreak.

16) Sistema de gravação de audiências em áudio visual. Foi instalado e treinado os servidores da 1ª Vara do Trabalho de Santa no Sistema Kenta DRS Audiência. Este sistema, para atender a Meta 02 do CNJ, permite grava em áudio e vídeo as partes e testemunhas em audiências

17) Atualização do Servidor TSM. Este equipamento é responsável pelo gerenciamento dos Storages e sua versão atualizada permite uma melhoria na performance dos sistemas que utilização o banco de dados do TRT13, como por exemplo o SUAP.

18) Implantação das novas classes processuais do CNJ no SUAP. Atendendo exigência do CNJ, foi implantada a definição de classe processual no SUAP13. Esta mudança causou impacto profundo na manipulação dos processos por parte dos magistrados e servidores do TRT13 e advogados.

19) Novo Birô Digital. Diversas funcionalidades foram implantadas no Birô Digital do SUAP para dá mais agilidade e segurança no controle dos processos.

20) SUAP WEB. Iniciado os testes nos Fóruns de João Pessoa e Santa Rita para a migração do SUAP13 Desktop para o SUAP WEB. Esta nova versão permitirá o uso do Sistema por todos os servidores de forma remota, ou seja, através da Internet. Esta versão entrará em produção em 2012.

21) eGestão. O TRT13 implantou dentro do prazo estabelecido pelo CSJT o Sistema de coleta de dados de 1º e 2º grau eGestão. Este sistema modelado pelo CSJT permite o envio diário dos dados processuais de 1º e 2º grau além dos dados administrativos.

22) Banco Nacional de Débito Trabalhista. O TRT13 adaptou o SUAP13 dentro do prazo estabelecido pelo CSJT para coleta dos dados que populam o BNDT. Diariamente os processos incluídos como devedores pelos magistrados no SUAP são enviados ao BNDT para consulta através da internet.

23) Webservice com a Receita Federal. Foi desenvolvido no SUAP uma comunicação virtual com a Secretaria da Receita Federal para consultar o cadastro de CPF e CNPJ das partes dos processos.

24) Servidor de Aplicação JBOSS. Instalação de nova versão, início de consultoria e diminuição das instabilidades do servidor de aplicação JBOSS. Este servidor hospeda os principais sistemas como por exemplo o Portal de Serviço, Sispae e etc.

25) Migração das aplicações. A equipe da Coordenação de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, definiu após estudos a plataforma para desenvolvimento dos sistemas de TIC e os migrou para JSF, EJB e Facelats Essentialis. Esta migração e definição permitiu uma padronização nos desenvolvimentos dos sistemas o que facilita as manutenções corretivas e evolutivas dos mesmos.

26) Refatoramento do SISPAE. O SISPAE foi refatorado, ou seja, teve sua modelagem, codificação e interface revisada por toda a equipe da CDMS, utilizando a plataforma padronizada e redefinida no ano de 2011. Além da integração com o Sistema de Recursos Humanos MentorRh.

27) Distribuição de Sistemas para outros Regionais. O SISPAE e Portal de Serviços foram distribuídos para o TRT do Maranhão enquanto o Unificador de PDF para vários Regionais e o TST.

28) Melhorias no Portal de Serviços. Diversas melhorias foram disponibilizadas no Portal de Serviços, para melhor atender os advogados e partes, como por exemplo: módulo de ativação de conta, minhas petições, mês PUSH e Petições para plantão.

29) Jurisprudência. Diversas melhorias implementadas para o Setor de Jurisprudência: como consulta de sentenças e PDF do Acórdão.

30) Portal da E-JUD. Diversas manutenções no portal da Escola Judicial para Eventos, Palestras e Semanas, implantando funcionalidades para melhorar o gerenciamento da frequência e emissão de certificados.

31) Implantação de ferramentas de gerência de projetos. Implantação das ferramentas de gestão de projetos ProjecNet e Redmine para estudos. Após a definição desta ferramenta os projetos da SETIC serão geridos e acompanhados por todos.

32) Implantação do Portal de Governança de TIC. Criação e implantação do Portal de Governança de TIC do TRT13. Neste portal encontra-se o planejamento estratégico do TRT13 e da ASTIC, Organograma da ASTIC, Comissão de Informática, Segurança da Informação, notícias do CNJ etc.

PARTICIPAÇÃO EM COMITÊS GESTORES DO CSJT

- 1) SIGA (Sistema Integrado de Gestão Administrativo): Max Frederico Feitosa Guedes Pereira (Coordenador Nacional);
- 2) Engenharia de Softwares: Gustavo Wagner Diniz
- 3) Segurança da Informação: Rodrigo Mafra
- 4) e-Doc: Geilson Carlos.

7 – GESTÃO DE PESSOAS

7.1 . APRESENTAÇÃO

Nos dias atuais o Gestor de Pessoas no serviço público tem como função primordial planejar, organizar e liderar, com eficiência e eficácia, para que a Administração atinja os objetivos estabelecidos em seus programas, contribuindo, efetivamente, para a melhoria da qualidade dos serviços que deverão ser prestados ao cidadão.

Nesse cenário, o Gestor de Pessoas é um ator relevante para o sucesso das mudanças na administração pública. A complexidade dos problemas vividos e, ainda, a serem enfrentados, exige do mesmo capacidade para se reciclar, renovar e inovar.

Investida nesse espírito de mudança, esta Secretaria percorreu todo o exercício de 2011, praticando um modelo de Gestão proativo, implementando projetos para alinhar os esforços dos servidores e gestores com os resultados globais da Instituição, cuidando da pessoa do servidor nas dimensões do seu bem-estar físico-psico-social, de uma forma mais planejada e holística, passando a ser, obrigatoriamente, estratégica para este Regional.

Assim, o presente relatório tem como objetivo primordial mostrar, de forma clara e precisa, os trabalhos mais relevantes desenvolvidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas, durante todo o período de 2011, para alcançar os desafios propostos pela própria Secretaria em consonância com as metas da Instituição.

Nele encontra-se, portanto, o reflexo do empenho de toda a nossa equipe, no sentido de cumprir a missão que lhe foi entregue: cuidar do nosso servidor, nosso maior patrimônio, de forma a lhe garantir uma melhor qualidade de vida, partindo-se de um novo modelo de Gestão.

Destacamos, por outro lado, que a greve deflagrada pelo SINDJUF/PB na primeira quinzena de outubro, comprometeu o atingimento das metas desta Secretaria, na medida em que deixamos de realizar vários eventos nos três últimos meses do ano, com destaque para a implantação da política de Gestão de Pessoas por Competência – GPCOM.

7.2. TRABALHOS DESENVOLVIDOS

7.2.1- Avançando no Novo Modelo de Gestão

Dentro do planejamento estratégico deste TRT, a SEGEPE é tida como um dos seus principais pilares, porquanto lida exatamente com pessoas que, em última análise, é quem faz acontecer. Foi com essa filosofia que focamos todas as estratégias de ações da SEGEPE no ano de 2011. Para tanto, demos sequência ao novo modelo de gestão de Pessoas, implantado em 2009, alinhado, integralmente, ao Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas desenvolvido, em parceria com a AGE, para o período de 2011/2014, com 14 objetivos estratégicos, a saber:

- 01 - promover a qualidade de vida no trabalho;
- 02 - implantar a Gestão por Competência;
- 03 - promover a motivação e o comprometimento das pessoas com os objetivos da cultura instituição;
- 04 - aprimorar os mecanismos de comunicação interna e externa;- aprimorar as parcerias institucionais;- otimizar os procedimentos de trabalho;
- 05 - propiciar um ambiente de trabalho saudável;
- 06 - promover a capacitação aliada à estratégia institucional;
- 07 - melhora a infraestrutura física;
- 08- otimizar a aplicação dos recursos disponibilizados;
- 09 - intensificar as ações de motivação, integração e trabalho em equipe;
- 10 - promover a qualidade de vida na unidade;
- 11 - melhorar a qualificação dos servidores da SEGEPE e
- 12- ampliar e aperfeiçoar as ferramentas de TIC.

Ao discorrer sobre as ações desenvolvidas pela SEGEPE, durante o exercício de 2011, podemos enquadrá-las em quatro PILARES de atuação:

- a) Cuidar das pessoas;
- b) Gerenciar o desempenho com foco nos resultados;
- c) Promover o desenvolvimento;
- d) Praticar o reconhecimento.

I – EVENTOS COM ENFOQUE NA QUALIDADE DE VIDA

a.1 - Distribuição de material ergonômico.

Como é sabido, a implantação do processo eletrônico trouxe uma nova forma de se trabalhar e, com ela, alguns desconfortos à saúde do servidor. Na tentativa de sanar estes danos, esta Secretaria de Gestão de Pessoas promoveu, no início de 2010, o I Fórum de Discussões sobre o Impacto do Processo Eletrônico na Saúde do Trabalhador.

No referido evento, um grupo de trabalho formado por magistrados, diretores e servidores deste Tribunal discutiu e analisou os impactos do processo eletrônico na saúde, bem como apresentou a este Tribunal sugestões de intervenções que ajudariam a prevenir e diminuir o risco de doenças provenientes da exposição prolongada ao computador.

Essa SEGEPE, com a preocupação constante de proporcionar aos servidores um ambiente de trabalho o mais saudável possível, solicitou a Administração deste TRT algumas ações, sugeridas no Fórum supracitado, entre elas a aquisição de material ergonômico.

Em atendimento a solicitação desta Secretaria, a Administração deste Regional adquiriu 585 (quinhentos e oitenta e cinco) teclados ergonômicos e 147 (cento e quarenta e sete) apoios de pé, que foram distribuídos nos meses de fevereiro e março de 2011 para algumas unidades deste Regional.

Nessa primeira etapa foram atendidas algumas unidades, preferencialmente aquelas que já tinham mobiliário ergonômico.

Numa segunda etapa, foram adquiridos e distribuídos, no mês de julho de 2011, novos apoios de pé, num total de 800 (oitocentas) unidades, contemplando, assim, 100% de todos os postos de trabalho deste Regional com esse tipo de material.

a.2 - III Ciclo de Palestras Sobre Valores Institucionais

Esta Secretaria, em parceria com a Assessoria de Gestão Estratégica, realizou no dia 18 de março de 2011, no auditório do Tribunal Pleno deste TRT, o III Ciclo de Palestras sobre Valores Institucionais do TRT. O Ciclo de Palestras tem como objetivo criar bases para o aprendizado e crescimento da Cultura Organizacional prevista no Mapa Estratégico 2010 – 2014 deste Regional.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No ano de 2011 o desafio desta SEGEPE em relação a Avaliação de Desempenho dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região foi consolidar o novo modelo,

implantado desde o ano de 2009.

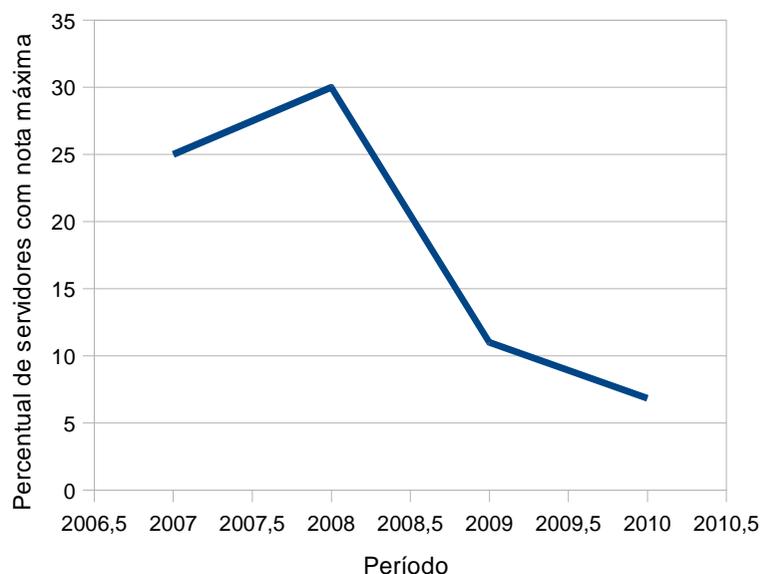
Esse novo modelo tem tornado o Programa de Avaliação de Desempenho da 13ª Região num instrumento de gestão a favor do crescimento perene da nossa Instituição, tendo como premissas alinhar e canalizar os esforços dos servidores e gestores para o alcance dos objetivos da Instituição e aferir, da forma mais realista possível, a atual performance dos servidores, acompanhando assim o seu desenvolvimento.

No ano de 2011, apuramos os dados relativos a 2010, que evidenciam o esforço da SEGEPE para garantir a efetividade do nosso modelo de Avaliação de Desempenho.

Autoavaliação – 8,89
Avaliação Chefia – 8,93
Avaliação Gestor – 9,13

EVIDÊNCIA DE UMA AVALIAÇÃO MAIS CRITERIOSA:

2007 - 25% com média máxima
2008 - 30% com média máxima
2009 - 11% de servidores com média máxima
2010 – 6,84% de servidores com média máxima



Todo o resultado apurado mostra que parte dos gestores e servidores estão comprometidos com o sistema, evidenciados pela busca frequente de informações, demonstrando a seriedade que estamos conquistando com uma nova avaliação, buscando uma maior aproximação com a realidade. A avaliação de 2011 encontra-se em processo final de apuração.

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS

Inovador e estratégico para o serviço público. O projeto Gestão de Pessoas por Competências, considerado como inovador e estratégico para o serviço público, sob a coordenação desta SEGEPE, foi lançado neste Regional, no dia 19 de maio de 2011, no auditório do Tribunal Pleno, com a presença de magistrados e todos os Gestores deste TRT, que pela envergadura do Projeto, foram convocados através de Ofício pela Administração deste Regional, a fim de

sensibilizá-los quanto a sua importância para o nosso TRT13.

A solenidade de abertura do evento foi realizada pelo Vice-Presidente, o Desembargador Carlos Coelho de Miranda Freire, que em sua fala enalteceu a Gestão por Competências, considerando-a um grande aperfeiçoamento para a qualificação de pessoal, que “tem a finalidade de identificar os profissionais da instituição que proporcionem maior desempenho e qualificação nas suas funções”.

Sobre o projeto: Gestão de Pessoas por Competências é uma forma de identificar como o servidor está usando o seu CHA (Conhecimentos, Habilidades e Atitudes) em seu trabalho para o alcance do objetivo Institucional.

Com a implantação desse projeto pretendemos ter para o nosso Regional ganhos como:

- Alinhamento dos objetivos da instituição com o esperado pela sociedade;
- Tornar mais focado e claro o trabalho já desenvolvido pela Segepe para atender o Plano Estratégico do TRT 13;
- Tornar mais claro para o gestor que iniciativas de desenvolvimento ele deve ter com a equipe;
- Focar o orçamento, com as ações de Gestão de Pessoas, de forma que não haja desperdício;
- Munir estrategicamente os gestores de informações de Gestão de Pessoas, para melhor gerenciar a sua unidade;
- Ter referencial do potencial dos servidores a ser desenvolvido, ajudando-os a serem mais motivados e pertencentes à instituição;
- Propiciar nova cultura estratégica através das pessoas.

A implantação desse projeto pretende, também, trazer ganhos para o cliente externo, advogado e partes (sociedade), tais como: prestação de serviço com mais acessibilidade, efetividade, celeridade, transparência e modernidade.

Do lançamento, em maio, até o final de 2011, foram realizados as seguintes atividades em relação à Gestão por Competências:

- construção de questionários de posto de trabalho para a efetivação do mapeamento das competências para cada posto de trabalho (cargo/função) de todas as unidades que compõem este Tribunal;
- Realização do levantamento dos descritivos técnicos dos postos de trabalho e construção do inventário comportamental;
- Foram feitas as análises de todas as atividades dos postos de trabalho e construção dos mapas de competências ;
- Reunião com todos os servidores da SEGEPE, com os servidores e Diretores de Algumas Varas da Capital e do interior, com representantes da empresa ALCANCE, para definição quanto as competências das unidades pilotos (SEGEPE e uma Vara do Trabalho).

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

c.1 - Plano de Capacitação e Desenvolvimento

O Plano de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do TRT da 13ª Região, apresentado por esta Secretaria e aprovado pela Administração deste TRT, programado para o ano de 2011, teve como ênfase o desenvolvimento das competências requeridas para o cumprimento das metas e objetivos da instituição e a consequente melhoria da gestão pública e qualidade do atendimento ao cidadão.

Para a elaboração do Plano de Capacitação para o ano de 2011, foi disponibilizando, no mês de novembro de 2010, para todas as Unidades administrativas e judiciárias deste Regional, o Formulário de Levantamento das Necessidades de Treinamentos/2011, a fim de ser preenchido pelo Gestor de cada Unidade, constituindo-se numa ferramenta essencial para a programação de

cursos para 2011.

Com esse levantamento, a SEGEPE ofereceu a oportunidade a cada gestor de explicitar as carências de conhecimento e qualificação necessárias aos servidores sob sua subordinação. Na sequência foi feita a análise das prioridades, considerando, inclusive, os eventos realizados no exercício anterior.

CURSOS/TREINAMENTOS OFERECIDOS

No tocante aos treinamentos, pode-se dizer que no ano de 2011 esta Secretaria de Gestão de Pessoas cumpriu com sua missão, levando-se em consideração que nos últimos meses do ano tivemos o movimento grevista dos servidores deste Regional.

Ao longo do ano foram realizados 113 (cento e treze) eventos, entre cursos, seminários, palestras e encontros, atendendo, diretamente, 1.483 (um mil, quatrocentos e oitenta e três) servidores (com repetição) nas mais diversas áreas do Tribunal.

Como destaques na capacitação de 2011 podemos citar: o Curso Básico de Formação de Assessores de Gabinete, Curso de Libras, I Encontro de Oficiais de Justiça da Paraíba e o Curso de Lider Coach.

CURSO DE LIBRAS

A Recomendação nº 27/2009, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que trata da adaptação da prestação dos serviços dos Tribunais às pessoas com deficiências, recomenda a utilização de intérprete de Linguagem Brasileira de Sinais, legenda, audiodescrição e comunicação em linguagem acessível em todo as manifestações públicas, dentre elas propagandas, pronunciamentos oficiais, vídeos educativos, eventos e reuniões.

Para que este Tribunal se adequasse a essa recomendação, e como parte das ações estratégicas deste TRT para o atendimento e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, esta SEGEPE, no ano de 2011, intensificou a capacitação na Linguagem Brasileira de Sinais, cujo início aconteceu no ano de 2007.

No ano de 2011, esta Secretaria realizou 02 (duas) turmas do Curso de Libras, uma nos meses de março e abril, com 60 h/a, que teve a participação de 19 servidores, e a outra nos meses de agosto a novembro, com 40h/a, que contou a participação de 11 servidores, que estão capacitadas a se comunicarem com os deficientes auditivos e auxiliar os magistrados deste TRT na busca pela verdade.

PROJETO SEXTA-FEIRA

Objetivando tornar o aprendizado contínuo, afóra o programa normal de capacitação, demos prosseguimento, no ano de 2011, ao PROJETO SEXTA FEIRA, oferecendo aos servidores deste Tribunal Regional do Trabalho, sempre na última sexta-feira de cada mês, palestras com temas atuais, sem qualquer custo para o Tribunal.

Salientamos que com este Programa temos alcançado excelentes resultados. Durante o exercício de 2011, oferecemos, através deste importante Projeto, 06 (seis) palestras, com um público médio em torno de 74 (setenta e quatro) servidores, totalizando 442 (quatrocentos e quarenta e dois) servidores treinados (com repetição) somente através deste programa.

ESTÁGIO ACADÊMICO

O estágio Acadêmico visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. Esta

Secretaria, no ano de 2011, acompanhando a filosofia deste TRT de interagir com a sociedade na busca constante pela cidadania, deu prosseguimento ao programa de estágio acadêmico.

Durante todo o exercício tivemos 61 (sessenta e um) estudantes estagiando neste Tribunal, assim distribuídos:

- 30 (trinta) nas Varas do Trabalho e Central de Mandados de João Pessoa;
- 21 (vinte e um) nas Varas do Trabalho e Central de Mandados de Campina Grande
- 10 (dez) nas Varas do Trabalho de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Guarabira, Itaporanga, Patos e Sousa.

Os estágios foram realizados através de convênios firmados com as seguintes instituições de ensino:

Universidade Federal da Paraíba – UFPB;

Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ;

Sociedade de Ensino Superior da Paraíba – Instituto de Educação Superior da Paraíba – SESP – IESP;

Associação Paraibana de Ensino Renovado – ASPER;

Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP;

Faculdade Paraibana – FAP;

Centro Nacional de Ensino Superior - CENESUP mantenedora da Faculdade Maurício de Nassau de João Pessoa;

Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - Campus Campina Grande;

Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento CESED e Faculdade de Campina Grande – FAC-CG;

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – Campus de Sousa; Universidade Estadual da Paraíba - UEPB - Campus de Guarabira e

Faculdades Integradas de Patos – FIP.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL

Diante das mudanças constantes na legislação do nosso país, em especial o Direito Administrativo, a Coordenadoria de Legislação de Pessoal, que tem a frente como Coordenador o servidor Eraldo Leite Pereira, auxiliado por 03 (três) servidores, procurou, durante o exercício de 2011, se atualizar para acompanhar não só as mudanças constantes dos regramentos que regem o serviço público, mas também se ajustar ao alinhamento estratégico traçado pela administração deste Regional.

Assim, dentro de suas atribuições, no exercício de 2011, realizou:

- Emissão de pareceres em assuntos diversos conforme quadro demonstrativo anexo.
- Continuidade da revisão dos regulamentos pertinentes a direitos e vantagens dos servidores para fins de atualização.
- Exposição de motivos sugerindo o aumento do quantitativo de servidores no quadro de pessoal deste Regional, no que se refere aos cargos de Analista Judiciário – área judiciária, Analista Judiciário – especialidade execução de mandados, Analista Judiciário – especialidade medicina, em razão da deficiência de pessoal nessas áreas.
- Proposta de atualização e unificação de todos os Atos normativos internos do TRT13.

Das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Legislação de Pessoas podemos destacar a apresentação da proposta de atualização de todos os Atos normativos internos do TRT13 que regulamentam Direitos, Vantagens e Benefícios dos servidores.

Em cumprimento a meta prevista no Plano de Gestão deste Tribunal, traçada para o biênio 2009/2011, a Coordenadoria de Legislação de Pessoas, no mês de maio de 2011, concluiu e apresentou a administração proposta de revisão e atualização de todas as normas internas

relacionadas a direitos e vantagens dos servidores do TRT da 13ª Região, conferidos pela Lei nº 8.112/90, Lei nº 11.416/2006 (PCS), além de outros diplomas legais correlatos.

Uma das virtudes dessa proposta é o fato de que, além de revisar e atualizar, ela unifica, em um único documento, todos os Atos normativos internos deste Regional, facilitando, em muito, o seu acesso por parte dos servidores que compõem o TRT da 13ª Região, visto que os documentos atualmente existentes encontram-se esparsos e desatualizados em parte.

O documento proposto (Resolução Administrativa) está estruturado com 302 (trezentos e dois) artigos, distribuídos em 20 (vinte) Capítulos, sendo o 1º capítulo referente as disposições gerais, o último capítulo com as disposições finais, e os demais capítulos (2º a 19º) tratando sobre diversos direitos e vantagens, tipo: remoção, substituição, indenizações, adicionais por Serviço Extraordinário e de Qualificação, férias e etc.

Todas as atualizações sugeridas têm a sua importância. Entretanto, se tiver que escolher uma para destaque, a SEGEPE aponta a relativa as férias. O regulamento ora proposto prevê a hipótese do servidor devolver em uma ou duas parcelas a antecipação da remuneração das férias, mediante opção do mesmo. No Regulamento atual deste Tribunal o desconto acontece de uma só vez.

A tarefa de revisão e atualização foi um trabalho de fôlego, realizado exclusivamente pelos servidores da Secretaria de Gestão de Pessoas (CLP), em concomitância com as suas atividades normais.

DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE PARECERES ELABORADOS PELA COORDENADORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL - 2011 -													
PROCESSOS ANALISADOS	JAN	FE V	MA R	AB R	MAI O	JUN	JU L	AG O	SET	OU T	NO V	DE Z	TOTAL
Abono de faltas	2	0	0	1	1	0	0	0	5	2	4	0	15
Abono de permanência	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	2	1	6
Adicionais de insalubridade/peric ulosidade	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	2	1	7
Anuênio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
AQ / ações de treinamento (1%)	16	11	18	26	47	21	31	23	52	7	15	28	295
AQ / Pós – Graduação (7,5%)	3	1	6	4	4	1	9	7	4	2	6	1	48
AQ – Dispensa de ressarcimento (revisão)	2	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	5
AF.para exercício de mandato eletivo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AF.para participação de curso/congresso	1	1	3	2	1	1	0	2	4	6	2	0	23
Ajuda de custo	0	0	1	1	0	0	1	1	0	3	2	2	11

Aposentadoria	6	5	25	6	6	3	6	4	6	2	3	2	74
Atualização de regulamentos interno	0	0	2	0	0	0	2	3	1	2	1	0	11
Auxílio-funeral	0	0	1	0	2	2	1	1	0	1	2	0	10
Auxílio-natalidade	1	1	7	2	4	0	5	0	4	2	4	2	32
Auxílio - creche	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Averbação de curso	4	0	0	10	0	2	2	8	12	0	2	1	41
Averbação de tempo de contribuição/ serviço	4	2	9	7	4	9	7	9	11	6	15	6	89
Capacitação (contratação de instrutor)	0	0	0	0	0	5	0	15	4	0	0	0	24
Cessão / requisição de servidor	0	0	4	1	1	0	0	3	0	0	0	1	10
Conversão Tempo de serviço especial em comum	6	0	7	4	1	2	0	1	0	0	0	0	21
Enquadramento	1	0	2	0	0	4	2	3	0	0	0	0	12
Férias	20	44	30	26	25	31	32	32	34	13	18	11	316
Folga eleitoral	6	2	8	3	2	1	7	3	6	6	6	7	57
Folga compensatória (plantão judiciário)	0	0	0	2	1	2	1	0	0	0	0	0	6
GAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Horas extras	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Horário especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inclusão de dependentes para IRRF	3	3	20	4	5	4	4	5	9	5	6	8	76
Indenizações (diárias/transportes, etc)	0	0	1	0	3	0	0	0	2	0	2	6	14
Indicação de Oficial de Justiça "ad hoc"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Informações AGU	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	2	6

Laudo médico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença para acompanhar o cônjuge	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Licença para atividade política	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença para capacitação	0	0	3	3	3	2	0	0	0	1	1	0	13
Licença para doação de sangue	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	4
Licença para tratar de interesse particular	2	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Licença por casamento	3	0	1	0	2	2	0	0	0	1	2	0	11
Licença por falecimento pessoa da família	0	1	3	2	4	2	0	0	6	2	6	3	29
Licença por adoção / guarda	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Licença-paternidade	0	1	0	1	2	0	1	0	0	1	2	0	8
Licença-prêmio	2	2	6	0	3	3	6	11	9	7	16	5	70
Nomeação Cargo efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação júri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Pagamento de proventos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pensão	0	0	3	1	4	1	3	0	1	2	1	0	16
Quintos (revisão)	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	2	5
Reconsideração	0	1	1	1	0	0	1	1	2	0	0	0	7
Recurso	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Redistribuição	0	1	6	4	9	1	0	1	0	0	2	1	25
Reintegração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Remoção	27	22	11	2	4	3	10	14	12	1	7	5	118
Substituição/Opção	2	0	3	1	1	1	3	3	1	0	0	2	17
Trânsito	2	2	0	2	1	0	1	0	0	0	1	0	9
URV	0	0	0	0	1	2	0	0	1	1	1	0	6

Vacância/exoneração	0	0	2	1	0	3	2	2	0	0	0	0	10
Outros	17	7	5	5	6	10	16	3	7	6	6	3	91
TOTAL MÊS	134	107	196	123	148	125	155	157	197	79	139	103	1663
% MÊS	8,06 %	6,4 3%	11,7 9%	7,40 %	8,90 %	7,52 %	9,3 2%	9,4 4%	11,8 5%	4,75 %	8,36 %	6,1 9%	100,00 %

8 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Coordenação dos trabalhos relativos à elaboração e execução do Planejamento Estratégico do TRT da 13ª Região, para o quinquênio 2010/2014, aprovado pelo E. Tribunal Pleno, através da Resolução Administrativa nº 109/2009, de 10/12/2009.

2. Realização de duas Reuniões de Análise da Estratégia – RAE's, nos dias 01/08/2011 e 07/11/2011, na sala de reuniões da Presidência, com o objetivo de promover a divulgação e discussão sobre o acompanhamento e a execução da estratégia institucional. As RAE's estão previstas na Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e na Resolução Administrativa nº 109/2009, que aprovou o I Planejamento Estratégico Institucional do TRT 13ª Região 2010/2014;

3. Proposição, acatada pela Presidência, de criação do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do TRT 13 – 2010/2014, instituído através do ATO TRT GP nº 232/2011, alterado pelo ATO TRT GP nº 256/2011.

4. Dinamização do Núcleo Estadual de Gestão Estratégica do Judiciário, criado em 2010, com a inclusão da Justiça Federal – Seção Judiciária da Paraíba. O referido Núcleo tem objetivo de firmar parcerias, almejando identificar e conhecer as boas práticas e experiências de sucesso de cada cooperado, que poderão ser aplicadas nos respectivos Órgãos, a fim de atingir os objetivos e alcançar as metas estabelecidas em seus Planejamentos Estratégicos. São cooperados desde sua criação: TRT da 13ª. Região, TJ/PB, TRE/PB e MP/PB. A coordenação do Núcleo está sob a responsabilidade do Assessor de Gestão Estratégica do TRT 13.

5. Proposição de criação de unidade de gestão ambiental, em cumprimento a Recomendação nº 11/2011 – CSJT (Protocolo TRT nº 27.208/2011, em tramitação).

6. Eleição e participação efetiva na Subcomissão Nacional de Metas do Judiciário Trabalhista, integrante da Comissão Nacional, coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Portaria nº 44/2011 – CNJ, de 27/05/2011).

7. Metas Prioritárias (2010) e Nacionais (2011): A Assessoria de Gestão Estratégica tem desenvolvido importante papel no acompanhamento e divulgação interna e externa das iniciativas adotadas para o cumprimento das metas estabelecidas para o judiciário nacional e especificamente para o TRT 13. A AGE tem participado dos eventos promovidos pelo CNJ sobre os procedimentos correntes e os que deverão ser adotados pelos Órgãos da Justiça brasileira. Estes eventos têm também auxiliado os gestores das metas, a fim de que possam alcançar o seu pleno cumprimento.

8. Com os trabalhos desenvolvidos para acompanhamento das Metas Prioritárias 2010, o TRT 13 ocupou, conforme ranking apurado e divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ; o 2º

lugar entre os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, tendo alcançado nove das 10 metas nacionais e recebido premiação por tal fato.

9. Sugerida e acatada pela Presidência do Tribunal, a atualização de ato que disciplina a execução, o acompanhamento e a divulgação dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados para cumprir as Metas 2011 para o Poder Judiciário Nacional (ATO TRT N° 195/2011).

10. Participação da AGE em eventos relacionados à gestão estratégica, tendo o titular da unidade como palestrante e/ou convidado (I Encontro dos TRT's do Norte/Nordeste – Maceió/AL; 5º Encontro Nacional do Judiciário Brasileiro – Porto Alegre/RS; Encontros e Simpósios Nacionais promovidos pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT); Participação nas reuniões da Subcomissão Nacionais de Metas do Judiciário Trabalhista.

11. Participação nas Reuniões de Análise da Estratégia – RAE's realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – SETIC, para acompanhamento do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação - PETIC, cumprindo determinação constante na Resolução n° 99/2009 – CNJ e também como uma das ações de desdobramento do Planejamento Estratégico Institucional – 2010/2014. O PETIC foi aprovado por unanimidade pelo E. Tribunal Pleno, em sessão administrativa realizada no dia 25 de novembro de 2010.

12. Dinamização do Portal da Gestão Estratégica do Tribunal Regional da 13ª Região que funciona como uma ferramenta de qualidade para a comunicação da estratégia inserida no planejamento quinquenal para o período 2010/2014.

O Portal da Gestão Estratégica do TRT paraibano enfatiza diversas formas de comunicação, sendo um canal que se propõe a alcançar diretamente os interessados: magistrados, servidores e sociedade em geral, além de outros Órgãos que o utilizam como meio de consulta.

No portal podem ainda ser encontradas informações acerca do Planejamento Estratégico Institucional 2010/2014, sobre o acompanhamento das Metas Nacionais do Judiciário e também notícias que envolvem a gestão estratégica no âmbito do judiciário brasileiro.

13. Realização de reunião com os gestores de projetos designados pelo ATO TRT GP N° 196/2010, alterado pelo ATO TRT GP N° 141/2011, com o objetivo de informar sobre a criação do Núcleo de Projetos, a competências dos Gestores de Projetos (ATO TRT GP N° 193/2010), implantação do Escritório de Projetos (uma das metas definidas durante o 4º Encontro Nacional do Judiciário, no Rio de Janeiro, em 7/12/2010, para o ano de 2011 – Meta 1 – cumprida com respostas SIM as 10 perguntas disponibilizadas no sistema de acompanhamento disponível no portal daquele CNJ).

14. Elaboração de minuta de Manual de Gestão de Projetos, posteriormente aprovado e instituído como metodologia de gestão de projetos no âmbito do TRT 13ª Região através do ATO TRT GP N° 341/2011;

15. Contato com outros Tribunais no sentido de obter informações acerca da implantação dos seus respectivos Núcleos de Projetos;

16. Acompanhamento dos projetos estratégicos registrados no Núcleo, mantendo contato com os seus respectivos gestores;

17. Participação em treinamento realizado em Brasília – DF (Curso Implementação de Escritório de Projetos), realizado pela Diligence Consulting Service, ministrado por Joel Azevedo, ex-chefe do Núcleo de Gestão Estratégica do CNJ, um dos colaboradores do Fórum de Gestão Estratégica

organizado pela AGE em 2009 e que resultou na elaboração do Planejamento Estratégico deste Regional.

18. Acompanhamento, edição e disponibilização no Portal da Gestão Estratégica, conforme o caso, de dados atualizados relativos aos seguintes programas e itens:

- Notícias;
- Gestão Ambiental (com a inclusão de 02 novas tabelas de acompanhamento: Coleta seletiva/pilhas e baterias e Papel reutilizado);
- Metas Nacionais do Poder Judiciário (CNJ);
- Sistema Justiça em Números (CNJ);
- Programa Racionalizar (Ato TRT GP nº 289/2010).

19. Elaboração eventual de Relatórios de Acompanhamento dos links Transparência Pública e Contas Públicas, contidos na página da Internet do Tribunal, para auxiliar a Administração do Tribunal.

20. Elaboração de Relatório Semestral sobre o “Programa Racionalizar” para auxiliar a Administração do Tribunal.

21. Agregação e transmissão ao Conselho Nacional de Justiça, dos dados estatísticos administrativos requeridos pelo Sistema Justiça em Números (CNJ).

22. Elaboração e gestão do Projeto Estratégico “Cidadania e Meio Ambiente”, aprovado pela Presidência do Tribunal em 06/06/2011.

23. Realização de 24 reuniões nas VT's da Capital e Interior e na Sec. Judiciária e Sec. de Planejamento e Finanças, a fim de promover o levantamento das contribuições das unidades para o Planejamento Estratégico Institucional (recomendação do CNJ).

24. Teste do software livre GEPLANES para acompanhamento do planejamento estratégico institucional;

25. Elaboração de relatórios e planilhas (BR Office) para acompanhamento do planejamento estratégico institucional;

26. Programa “Conhecendo o TRT”:

- Objetivo: Realização de encontros bimestrais, promovidos pela Assessoria de Gestão Estratégica do TRT 13, visando a divulgação e disseminação das atribuições, projetos e ações implementadas pelas diversas unidades administrativas e judiciárias do Tribunal.

- Calendário de eventos em 2011:

1º Evento – III Ciclo de Palestras sobre Valores Institucionais

Temas: Celeridade e Modernidade

Palestrante: Desembargador Ubiratan Moreira Delgado

Local: Auditório do Tribunal Pleno

Data: 18 de março de 2011

Horário: 11h

Evento realizado em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEPE.

2º Evento - Desdobrando a Estratégia Institucional

Facilitadores: Equipe da Assessoria de Gestão Estratégica-AGE e Dr. Lindinaldo Silva Marinho (Juiz Coordenador do Núcleo de Apoio às Varas do Trabalho de João Pessoa)

Local: Auditório do Fórum Maximiano Figueiredo - João Pessoa

Data: 06 e 07 de abril das 14h às 17h e dia 08 das 8h às 12h

Horário: 14h às 17h

3º Evento - Desdobrando a Estratégia Institucional

Facilitadores: Equipe da Assessoria de Gestão Estratégica-AGE

Local: Auditório do Fórum Irineo Joffily - Campina Grande

Data: 16 de junho de 2011

Horário: 8h30 às 12h e das 13h30 às 17h

4º Evento – IV Ciclo de Palestras sobre Valores Institucionais

Temas: Efetividade e Responsabilidade Socioambiental

Palestrantes: Dr. Lindinaldo da Silva Marinho - Juiz Coordenador do Núcleo de Apoio às Varas do Trabalho de João Pessoa e Rodolpho de Almeida Eloy - servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e pós-graduando em Educação Ambiental pelo SENAC

Local: Auditório do Tribunal Pleno

Data: 16 de setembro de 2011

Horário: 10h

Evento realizado em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEPE.

27. Dinamização do Banco de Boas Práticas, criado para unificar e identificar em um único espaço todas as ações de sucesso empreendidas pelo TRT 13, a fim de disponibilizá-las para todo o Regional, como também para outras instituições, promovendo, assim, o intercâmbio de informações institucionais.

28. Apresentação do resultado da implementação de pesquisas de satisfação (usuários externos) e pesquisa de clima organizacional (magistrados e servidores) a fim de apurar o nível de conhecimento, qualidade e satisfação com os serviços prestados pelo TRT 13, além de identificar situações relacionadas ao ambiente de trabalho, relacionamento interpessoal, celeridade, transparência, etc. As referidas informações serviram de base para a formulação das estratégias institucional, de tecnologia da informação e de gestão de pessoas.

29. Manutenção da Agenda Eletrônica, disponível no Portal da Gestão Estratégica, situado na página eletrônica do TRT 13, onde magistrados e servidores têm conhecimento dos eventos (cursos, seminários, palestras) em pauta no TRT 13;

30. Elaboração do Programa Justiça ao Alcance de Todos, que visa promover a aproximação dos cidadãos paraibanos com a Justiça do Trabalho, disseminando a cultura de responsabilidade social, promovendo cidadania, a inclusão social e a melhora da imagem institucional da Justiça do Trabalho. Esta proposta, que foi aprovada pela Presidência, através do ATO TRT GP Nº 292/2011, de 03/10/2011, em 03 de outubro de 2011 e os produtos a serem entregues com esse Programa são Grupo de teatro “Justiça em Palco” e a “Justiça vai até você”.

31. Elaboração de Cartilha sobre Planejamento Estratégico (Versões I e II), distribuída nos eventos internos e externos com participação da AGE.

32. Participação em Comissões:

- Apoio Sócio Funcional; Acessibilidade; Informática.

33. Realização da Feira de habilidades artísticas da semana do dia das mães: "Semana das Mães com Arte".

34. Discussão e finalização do registro do projeto "Excelência Gerencial", um dos integrantes do Planejamento Estratégico Institucional.

35. Evento de Combate ao Trabalho Infantil: "Trabalho Infantil: Nós também Combatemos".

36. Realização, em novembro/2011, do 1º Curso sobre Planejamento Estratégico para magistrados, a fim de dar início ao cumprimento a uma das metas nacionais do judiciário para o ano de 2012.

37. Atribuições correntes durante o ano 2011:

- Alinhamento da organização com a estratégia, com medição de sua eficácia;
- Sensibilização e comunicação da estratégia a todos os membros da organização;
- Divulgação dos resultados da instituição para a sociedade;
- Atuação voltada à sensibilização da administração quanto à gestão estratégica;
- Atuação em ações pontuais com relação a melhorias de processos de trabalho;
- Coordenação das ações institucionais relacionadas à gestão socioambiental;
- Acompanhamento e avaliação constante dos objetivos e metas traçadas pela instituição;
- Realização de reuniões de avaliação da estratégia, trimestralmente (metodologia do CNJ);
- Realinhamento, a cada dois anos, do Planejamento Estratégico Institucional; com coordenação da AGE;
- Remessa ao CNJ dos dados referentes ao Justiça em Números (ATO TRT GP nº 204/2009);
- Acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas definidas para o Poder Judiciário;
- Informar ao Departamento de Gestão Estratégica do CNJ as iniciativas da administração bem sucedidas que podem ser compartilhadas com outros tribunais (Banco de Boas Práticas).

9 - DA ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

9.1. APRESENTAÇÃO

Este item tem como objetivo precípuo apresentar, de forma sucinta, os principais trabalhos realizados pelo Serviço de Administração e Pagamento de Pessoal, no decorrer do exercício de 2011.

É importante registrar que as atribuições inerentes a este Serviço são divididas em três frentes, quais sejam: Coordenadoria de Cadastro de Pessoal, Coordenadoria de Folha de Pagamento e Núcleo de Administração de Benefícios.

9.2. COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO

Foram processadas durante o exercício de 2011 doze (12) folhas normais de pagamentos a magistrados e servidores, ativos e inativos, pensionistas e requisitados, envolvendo um contingente (em dezembro/2011) de 1.331 (um mil, trezentos e trinta e um) magistrados/servidores. Este trabalho compreende a triagem de documentos, cálculos, digitação de dados, recebimento e remessa de processos, seleção de relatórios financeiros para recolhimento de obrigações tributárias, contribuições previdenciárias e sociais, relatórios mensais de consignatários

referente a 34 (trinta e quatro) entidades cadastradas, remessa de relatórios ao Ordenador de Despesas, à Secretaria de Planejamento e Finanças e à rede bancária, concluindo com o envio de contracheques através de correspondência eletrônica e remessa do processo à Secretaria de Controle Interno.

Também foram processadas 83 (oitenta e três) Folhas Suplementares de pagamentos a magistrados e servidores ativos e inativos, pensionistas e requisitados, além dos desvinculados credores de parcelas de exercícios anteriores, sendo incluídos nessa categoria os ex-servidores, ex-juízes classistas e ex-requisitados, envolvendo tarefas similares às dispendidas quando da confecção da folha normal.

O valor total bruto dessas Folhas de Pagamentos (incluindo contribuição previdenciária-patronal), importou em R\$ 262.686.805,54 (duzentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, oitocentos e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

A fim de atender às demandas da Advocacia Geral da União, Tribunal de Contas da União e Justiça Federal, foram prestadas informações relativas às situações financeiras dos magistrados, servidores ativos e inativos, pensionistas e requisitados, tais como fichas financeiras, processos de ressarcimento ao erário, cumprimento de decisões, entre outras.

De igual modo, foram realizados os procedimentos atinentes à preparação de relatórios para entrega da DIRF/2011 referentes às retenções de imposto de renda efetuadas sobre os pagamentos a magistrados e servidores, ativos e inativos e pensionistas do TRT-13ª Região no exercício de 2010, como também a disponibilização dos respectivos comprovantes na intranet.

Nesse particular, impende registrar a necessidade de prestação de informações complementares relativas aos pagamentos de vantagens correspondentes a passivos trabalhistas a magistrados e servidores, ativos, inativos e desvinculados, com base em novel regramento estabelecido pela Receita Federal do Brasil (RRA).

Foram preparados e conferidos os relatórios para entrega da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, referentes aos pagamentos a magistrados e servidores deste Tribunal, no exercício de 2010, bem como de 15 (quinze) guias de Informação à Previdência Social – GFIP, originais e retificadoras, com remessa de arquivo SEFIP.

9.3 – COORDENADORIA DE CADASTRO DE PESSOAL

Coube à equipe da Coordenadoria de Administração de Pessoal os procedimentos relativos à manutenção e atualização do cadastro de pessoal, através do Sistema MENTORH; manutenção do acervo de documentos funcionais dos servidores e seus processos administrativos com revisão do arquivo de pessoal e dos assentamentos funcionais; registros na fé-de-ofício e publicações no Boletim Interno dos processos de competência do cadastro de pessoal.

Atividades relativas ao controle da frequência, afastamentos, remoções, além dos procedimentos atinentes à escala de férias e suas alterações/interrupções, bem como controle dos dependentes de servidores para fins de imposto de renda retido na fonte e atendimento médico-odontológico prestado pelo Serviço de Saúde.

Acompanhamento e controle dos servidores cedidos, requisitados, removidos e sem vínculo; das funções comissionadas, dos cargos em comissão e dos cargos efetivos (vagos e ocupados).

Cadastramento das substituições de cargos e funções comissionadas.

Elaboração de Mapa de Tempo de Contribuição para instrução dos processos de aposentadoria; de planilhas de tempo de contribuição para esclarecer as regras de aposentadorias aos servidores das várias unidades, bem como para fins de concessão do abono de permanência; confecção do Título de Remuneração na Inatividade em processos de aposentador e pensão; informações solicitadas pela Advocacia-Geral da União e Tribunal de Contas da União, concernentes a ações movidas pelos servidores inativos e pensionistas e processos de aposentadoria

e pensão; informações relativas a processos de interesse de servidores aposentados e pensionistas; elaboração do SISAC, referente a admissão, desligamento e concessão de aposentadoria, pensão e suas alterações.

Elaboração de relatórios estatísticos mensais, bimestrais e anuais, certidões e declarações diversas, além de atendimento às solicitações do CNJ, CSJT, TST e TCU.

9.4 – NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS

Compete ao Núcleo de Administração de Benefícios informar e instruir processos referentes aos benefícios de auxílio transporte e assistência pré-escolar, bem como administrar os contratos de prestação de serviços entre o TRT 13ª Região e a Cooperativa de Trabalho Médico de João Pessoa - UNIMED -, e o Sistema Nacional de Cooperativas Odontológicas – UNIODONTO.

9.4.1- Benefício de Auxílio Transporte

Durante o exercício de 2011 foram executados os seguintes serviços: envio à Coordenadoria Folha de Pagamento de relação com os nomes dos servidores beneficiários do auxílio transporte (urbano) e preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

AUXÍLIO-TRANSPORTE URBANO

JAN/11	FEV/11	MAR/11	ABR/11	MAI/11	JUN/11	JUL/11	AGO/11	SET/11	OUT/11	NOV/11	DEZ/11
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

9.4.2 – Benefício de Assistência Pré-Escolar

Encaminhamento a seção de folha de pagamento dos requerimentos de inscrição e da relação dos prescritos; lançamento das inclusões e prescrições no MENTORH; arquivamento no SUAP e na pasta dos servidores, do requerimento de inscrição, além da preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

MOVIMENTO – JANEIRO/ DEZEMBRO/2011

COTAS											
JAN/10	FEV/10	MAR/10	ABR/10	MAI/10	JUN/10	JUL/10	AGO/10	SET/10	OUT/10	NOV/10	DEZ/10
151	147	146	149	147	142	141	142	143	146	143	144

9.4.3 - Unimed

Preparação das planilhas com as movimentações de cada mês (inclusão, exclusão, 2ª via de cartão e alterações diversas); encaminhamento à UNIMED de efetivação das movimentações passadas para as planilhas; lançamento das movimentações solicitados pelos servidores/magistrados e pensionistas no MENTORH e no SUAP; distribuição dos cartões UNIMED; conferência da fatura enviada pela UNIMED; conferência das consignações, encaminhadas pela Coordenadoria de Folha de Pagamento; relatório dos prescritos: levantamento mensal dos servidores com filhos, dependentes legais, entre 21 e 24 anos de idade, para solicitar declaração atualizada de que são estudantes; arquivamento, na pasta dos servidores, dos requerimentos de movimentação; preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios; preparação de certidões e declarações solicitadas pelos servidores.

MOVIMENTAÇÃO - JANEIRO/DEZEMBRO 2010

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
DEP LEGAL	2707	2702	2701	2701	2684	2669	2667	2656	2667	2658	2648	2637
DEP FACULTATIVO	2020	2030	2030	2029	2038	2046	2153	2154	2154	2159	2166	2172
TOTAL DE USUÁRIOS	4827	4832	4831	4830	4822	4815	4820	4807	4821	4817	4814	4809

9.4.4 - Uniodonto

Preparação das planilhas com as movimentações de cada mês (inclusão, exclusão, transferências e alterações diversas); lançamento das movimentações solicitados pelos servidores/magistrados e pensionistas no SUAP; conferência da fatura enviada pela UNIODONTO e remessa à Seção de Consignação; conferência das consignações, encaminhadas pela Seção de Consignação; arquivamento no SUAP e na pasta dos servidores dos requerimentos de movimentação; preparação de pareceres diversos, memorandos e ofícios.

MOVIMENTO – JANEIRO/DEZEMBRO 2010

TOTAL DE USUÁRIOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	705	708	712	698	703	690	688	695	696	691	689	696

9.4.5 – OUTRAS ATIVIDADES ESPECIAIS

9.5 - Parcela Autônoma de Equivalência - PAE

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, através do ATO N° 110/2008, concedeu aos magistrados de primeiro e segundo grau do direito aos efeitos da decisão proferida em 1° de julho de 2008 pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, no sentido do reconhecimento à percepção de diferenças remuneratórias decorrentes do recálculo da parcela autônoma de equivalência (Lei n° 8.448, de 21 de julho de 1992), em face da inclusão do auxílio moradia, no período compreendido entre setembro de 1994 e dezembro de 1997, com atualização monetária, até 26/10/2000, pela variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR e, a partir dessa data, pela aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – INPC/IBGE, acrescidos de juros de mora.

De acordo com o cronograma de pagamentos aprovado pelo CSJT, no exercício de 2011 foram disponibilizados recursos para a quitação de mais uma parcela desta diferença.

9.6. - Passivos de URV

Também durante o exercício de 2011 foi procedido o pagamento de mais uma parcela relativa aos passivos de URV dentro dos recursos disponíveis, distribuídos conforme os critérios estabelecidos pelo CSJT.

9.7 - Reestruturação das funções comissionadas.

No mês de dezembro de 2011, através da Resolução Administrativa n° 125/2011, foram remanejados e transformados cargos em comissão e funções comissionadas no âmbito do

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com o objetivo de estruturar os novos gabinetes decorrentes da vaga do quinto constitucional da OAB e da vaga originada da Lei nº 12.422, de 16.06.2011.

10 – ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial do TRT da 13ª Região promoveu 07 (sete) Cursos de Formação Continuada para Magistrados do quadro deste Egrégio Regional, no ano de 2011, bem como à XI Semana do Judiciário do TRT/PB.

Estas atividades estão alinhadas com o que estabelece o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho.

As informações sobre os 07 cursos realizados pela EJUD em 2011, encontra-se na tabela a seguir:

10.1. CURSOS REALIZADOS PELA ESCOLA JUDICIAL EM 2011

CURSO	DATA	MINISTRANTE(S)	PARTICIPANTES
1 - PSICOLOGIA JURÍDICA APLICADA AO PROCESSO TRABALHISTA E TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO	21 a 24 MARÇO	JUDITH EUCHARES RICARDO DE ALBUQUERQUE, JULIANA BARROS DE OLIVEIRA, SUY-MEY CARVALHO DE MENDONÇA GONÇALVES e ADRIANA GOULART DE SENA	JUÍZES / CHEFES DE GABINETES DOS DESEMBARGADORES E DIRETORES DE VT DA 13ª REGIÃO
2 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO E SUA UTILIZAÇÃO PELO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, EM ESPECIAL NO STF (E INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE ROBERT ALEXY)	20 MAIO	JOÃO MAURÍCIO LEITÃO ADEODATO	JUÍZES / ASSESSORES DOS DESEMBARGADORES E ASSISTENTES DE JUIZ.
3 - A REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E O PROCESSO DO TRABALHO	14 a 15 SETEMBRO	LUCIANO ATHAYDE CHAVES	MAGISTRADOS
XI SEMANA DO JUDICIÁRIO	26 a 28 SETEMBRO	LINDINALDO MARINHO DA SILVA, ALEXANDRE AGRA BELMONTE, ARYOSWALDO JOSÉ BRITO ESPÍNOLA, WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO e RAMON BEZERRA DOS SANTOS	MAGISTRADOS / SERVIDORES e ESTUDANTES DE DIREITO
4 - A CONCILIAÇÃO NA JUSTIÇA DO TRABALHO	17 a 18 NOVEMBRO	RODRIGO TOSCANO DE BRITO, AFONSO HENRIQUE LISBOA DA FONSECA e	MAGISTRADOS

MEDIANTE A FACILITAÇÃO DO DIÁLOGO		MAURO AMATUZZI	
5 - ÉTICA NO SENTENCIAR	24 NOVEMBRO	IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO	MAGISTRADOS
6 - NOÇÕES BÁSICAS SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	05 a 06 DEZEMBRO	SAMUEL VON LAER NORAT, SUY-MEY CARVALHO DE MENDONÇA GONÇALVES e GERMANA COUTINHO LUCENA	MAGISTRADOS
7 - HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL	07 DEZEMBRO	ANDRÉ RAMOS TAVARES	MAGISTRADOS

EIXOS TEÓRICO-PRÁTICOS E SUBEIXOS DOS CURSOS REALIZADOS

Eixo: COMPETÊNCIA GERAL

Subeixos:

Jurídico Deontológico	Curso nº 5
Jurídico Trabalhista	Curso nº 3
Jurídico Diquelógico	Curso nº 7

Eixo: COMPETÊNCIA ESPECÍFICA

Subeixos:

Sociopsicológico e Jurisdicional Trabalhista	Curso nº 1
Jurídico Trabalhista e Jurisdicional Diquelógico	Curso nº 2
Jurisdicional Trabalhista	Curso nº 4
Administrativo Funcional	Curso nº 6

Foi realizada, ainda, como promoção do conhecimento, a XI Semana do Judiciário do TRT da 13ª Região (**XI SEMAJUD**), com o tema: **“A INTERNET, o Trabalho Virtual e a repercussão no Direito do Trabalho”**.

A **SEMAJUD** é realizada há 11 anos e é aberta aos magistrados, advogados, estudantes do curso de direito (interno e externo), sendo considerada por muitos como o evento mais importante do mundo jurídico paraibano e encontra-se, ainda, em sintonia com as diretrizes da EJUD, no que se refere ao Art. 66, Inciso VII da RA TRT 23/2011 “na promoção de quaisquer atividades culturais, que visem o aprimoramento das funções judicantes” e com o Regulamento Geral do TRT-13ª, Escola Judicial, em seu Art. 39, Inciso VIII, “contribuir com o intercâmbio entre Instituições de Ensino”.

No tocante ao total de horas-aula reconhecidas pela EJUD, foram contabilizadas as horas-aula referentes as 03 modalidades de eventos educativos, discriminadas a seguir:

1ª – Cursos promovidos pela EJUD **1º semestre**.....40 horas-aula

2º semestre.....48 horas-aula

2ª – Congresso aberto, promovido pela EJUD

(XI SEMAJUD) **2º semestre**20 horas-aula

3ª – Congresso aberto promovido pela AMATRA13 (of. 44/2011)

(II Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho)

2º semestre.....25 horas-aula

TOTAL.....133 horas-aula

Foi produzida a REVISTA DO TRIBUNAL ano 18, nº 01, sendo solicitado ao Centro Brasileiro de ISSN, o número padrão internacional para publicações seriadas.

Com relação ao desenvolvimento dos cursos de Educação a Distância, foi organizado o ambiente MOODLE e estão sendo contactados os tutores e conteudistas para a Escola dar início aos cursos de EAD.

Por fim, a Escola promoveu a análise dos currículos dos magistrados que concorreram a mobilidade ascendente e pelo acesso.

11 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório teve o intuito de apresentar as principais atividades realizadas no TRT da 13ª Região, seja na área judiciária ou administrativa, no ano de 2011.

Considerando que a atividade fim deste Regional é a prestação jurisdicional à sociedade paraibana, foi dada ênfase à atividade judiciária, ficando demonstrado que a atuação da Justiça Trabalhista no estado da Paraíba, foi bastante significativa em 2011, para comprovar tal assertiva basta verificar os dados obtidos na solução das lides postas à sua apreciação.

Conquanto não tenha havido um aumento no número de processos, todas as ações foram orientadas com o objetivo de viabilizar uma expressiva solução nas demandas, sempre buscando a excelência na atuação das Unidades Judicantes e do Colegiado, proporcionando a efetividade e celeridade da prestação jurisdicional, observado a razoável duração do processo.

As estatísticas apresentadas, reafirmam a posição de destaque alcançada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região no cenário nacional, dando-nos a certeza de que a missão institucional do TRT13 vem sendo desenvolvida de modo condizente com a responsabilidade social e em estrita obediência ao processo legal.

Destaca, ainda, o relatório, de forma clara, todas as ações administrativas desenvolvidas no transcorrer do exercício financeiro em relato.

João Pessoa, 22 de março de 2012.

PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO

Desembargador Presidente

GLAUCO DA SILVA CAMPOS

Diretor Geral da Secretaria